

UASG: 928372

TERMO DE REFERÊNCIA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026

1. INTRODUÇÃO / INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Torna-se público que o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia - CISAN Central/RO, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, CEP 76.872-872, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma de REGISTRO DE PREÇOS, por meio do Processo nº 192/2026, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DEFINIÇÕES DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais básicos da construção civil, visando a execução de obras no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN CENTRAL/RO) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITENS 1 ao 10 - UNIDADE DE ARIQUEMES/RO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	Areia Lavada Fina	m³	300	R\$ 120,23	R\$ 36.069,00
2	Areia Lavada Grossa	m³	300	R\$ 115,90	R\$ 34.770,00
3	Areia Lavada Média	m³	300	R\$ 119,70	R\$ 35.910,00
4	Pó de Brita	m³	1.000	R\$ 129,71	R\$ 129.710,00
5	Base de Brita Graduada (BGS)	m³	300	R\$ 152,47	R\$ 45.741,00
6	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	500	R\$ 164,89	R\$ 82.445,00
7	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	500	R\$ 148,17	R\$ 74.085,00
8	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	500	R\$ 152,95	R\$ 76.475,00
9	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	1.000	R\$ 150,20	R\$ 150.200,00
10	Pedra Rachão*	m³	3.000	R\$ 147,35	R\$ 442.050,00
(*) = Pedra britada numeração comercial					Total R\$= 1.107.455,00
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.					

ITENS 11 ao 20 – UNIDADE DE JARU/RO

11	Areia Lavada Fina	m³	200	R\$ 116,16	R\$ 23.232,00
12	Areia Lavada Grossa	m³	200	R\$ 119,15	R\$ 23.830,00
13	Areia Lavada Média	m³	200	R\$ 121,62	R\$ 24.324,00
14	Pó de Brita	m³	500	R\$ 127,01	R\$ 63.505,00
15	Base de Brita Graduada (BGS)	m³	500	R\$ 154,14	R\$ 77.070,00
16	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	300	R\$ 169,89	R\$ 50.967,00
17	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	300	R\$ 151,13	R\$ 45.339,00
18	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	300	R\$ 150,59	R\$ 45.177,00
19	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	300	R\$ 119,96	R\$ 35.988,00
20	Pedra Rachão*	m³	1.500	R\$ 150,68	R\$ 226.020,00
(*) = Pedra britada numeração comercial					Total R\$= 615.452,00
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Jaru, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área rural, Município de Jaru/RO.					

Valor Total (Unidade Ariquemes) = R\$= 1.107.455,00

Valor Total (Unidade Jaru) = R\$= 615.452,00

Valor Total Estimado da Contratação (R\$) = R\$= 1.722.907,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.722.907,00

2.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.722.907,00** (Um milhão, setecentos e vinte e dois mil, novecentos e sete reais) para ser utilizado durante o período de 12 (doze) meses.

2.3. Fica estabelecido que o Consórcio CISAN Central/RO somente aceitará propostas com valores iguais ou inferiores ao valor estimado, não sendo admitidas propostas com valores superiores ao montante estimado pela Administração.

2.4. A natureza do objeto a ser contratado é classificada como comum, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/21.

2.5. As especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva.

2.6. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos, devendo a licitante apresentar proposta para cada item.

2.7. A aquisição é considerada como essencial para manter a continuidade das atividades operacionais.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

3.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em critérios técnicos, considerando a natureza contínua das atividades desenvolvidas pelo CISAN CENTRAL/RO, a necessidade de execução de obras de infraestrutura, ampliação e melhorias das estruturas existentes, bem como a manutenção da constância operacional dos aterros sanitários.

3.2. Os quantitativos estimados decorrem da análise combinada dos seguintes fatores técnicos e operacionais.

3.2.1. Histórico de consumo de materiais de construção em intervenções similares já executadas pelo Consórcio, incluindo obras de implantação de novas estruturas, adequações operacionais, manutenção de vias internas, drenagem e cercamentos;

3.2.2. Demandas recorrentes associadas à operação dos aterros sanitários, que exigem intervenções frequentes em sistemas de drenagem superficial e subterrânea, acessos operacionais, plataformas de trabalho e drenos internos das células;

3.2.3. Características físicas das áreas de intervenção, tais como extensão das vias internas, áreas de disposição de resíduos, taludes, sistemas de drenagem e áreas de apoio operacional;

3.2.4. Variabilidade das frentes de serviço, influenciada por fatores climáticos, necessidade de adequações emergenciais, expansão gradual das estruturas e ajustes decorrentes da dinâmica operacional dos aterros;

3.2.5. Planejamento anual de obras e manutenções, alinhado às metas institucionais do CISAN CENTRAL/RO e à disponibilidade orçamentária.

3.3. Os quantitativos apresentados resultam da avaliação das frentes de serviço previstas, considerando intervenções e demais adequações necessárias à manutenção da constância operacional e ao atendimento dos padrões técnicos exigidos.

Quadro 1 – Para atendimento das demandas da Unidade de Ariquemes, foram estimadas as seguintes quantidades:

ARIQUEMES			
Item	Descrição de Item	Unidade	Quant.
1	Areia Lavada Fina	m ³	300

2	Areia Lavada Grossa	m ³	300
3	Areia Lavada Média	m ³	300
4	Pó de Brita	m ³	1.000
5	Base de brita graduada (BGS)**	m ³	300
6	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m ³	500
7	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m ³	500
8	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m ³	500
9	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m ³	1.000
10	Pedra Rachão*	m ³	3.000

(*) Pedra britada numeração comercial

(**) Composição do BGS para 1m³ = Brita II (18% - 0,2606m³) + Brita 1 (36% - 0,5308m³) + Brita 0 / pedrisco (10% - 0,1470m³) + Pó de pedra (36% - 0,5283m³)

Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.

Quadro 2 – Para atendimento das demandas da Unidade de Jarú, foram estimadas as seguintes quantidades:

JARU			
Item	Descrição de Item	Unidade	Quant.
11	Areia Lavada Fina	m ³	200
12	Areia Lavada Grossa	m ³	200
13	Areia Lavada Média	m ³	200
14	Pó de Brita	m ³	500
15	Base de brita graduada (BGS)**	m ³	500
16	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m ³	300
17	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m ³	300
18	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m ³	300
19	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m ³	300
20	Pedra Rachão*	m ³	1.500

(*) Pedra britada numeração comercial

(**) Composição do BGS para 1m³ = Brita II (18% - 0,2606m³) + Brita 1 (36% - 0,5308m³) + Brita 0 / pedrisco (10% - 0,1470m³) + Pó de pedra (36% - 0,5283m³)

Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Jarú, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área rural, Município de Jarú/RO.

3.4. Os quantitativos foram definidos como limites máximos de contratação, sendo o fornecimento condicionado à efetiva necessidade operacional, formalizada por meio

de ordens de fornecimento, respeitando o planejamento institucional, a disponibilidade orçamentária e os princípios da economicidade e eficiência administrativa.

3.5. A separação por unidades operacionais permite maior controle logístico, otimização do fornecimento, redução de custos indiretos e melhor adequação dos materiais às demandas específicas de cada aterro sanitário.

3.6. As especificações técnicas dos materiais encontram-se no tópico 7 deste termo de referência.

4. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Segundo a Norma Brasileira Registrada (NBR) 8.419/1992, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Aterro Sanitário é a técnica de disposição final de resíduos sólidos urbanos que não causam danos à saúde pública e a sua segurança, reduzindo os impactos ambientais através de métodos de engenharia para confinar os resíduos sólidos na menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores, se necessário. Mesmo os aterros sendo a alternativa mais viável para destinação dos resíduos, é necessário que esses sejam monitorados para assim controlar seus eventuais riscos.

4.2. A presente contratação decorre da necessidade técnica e operacional de assegurar o fornecimento contínuo de materiais básicos da construção civil indispensáveis à execução de obras de engenharia, implantação de novas estruturas, ampliações, adequações e melhorias operacionais nas unidades sob responsabilidade do CISAN CENTRAL/RO, com ênfase nos aterros sanitários consorciados.

4.3. As atividades desenvolvidas pelo Consórcio demandam intervenções recorrentes em infraestrutura civil, tais como conformação e reforço de vias internas, implantação e ampliação de estruturas operacionais, execução de camadas de base e sub-base, sistemas de drenagem, estabilização de taludes, além de obras complementares necessárias à adequada operação e manutenção dos aterros sanitários. Tais intervenções exigem o uso de agregados minerais com características técnicas específicas, compatíveis com normas técnicas vigentes e com as condições de carga, tráfego de equipamentos pesados e exposição ambiental típicas dessas unidades.

4.4. A ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a continuidade das obras e serviços de engenharia, podendo ocasionar paralisações, execução inadequada das estruturas, aumento de custos por contratações emergenciais e riscos à segurança operacional e ambiental. Além disso, a indisponibilidade de insumos adequados inviabiliza a manutenção da constância operacional dos aterros sanitários, condição essencial para garantir o funcionamento regular das unidades dentro dos padrões técnicos, ambientais e de segurança estabelecidos pela legislação e pelas boas práticas da engenharia sanitária.

4.5. Dessa forma, a aquisição planejada de materiais básicos da construção civil mostra-se tecnicamente necessária para assegurar a execução eficiente, contínua e padronizada das obras, bem como para viabilizar a ampliação da capacidade operacional, a melhoria das condições de trabalho e a durabilidade das estruturas implantadas, contribuindo para a estabilidade operacional dos aterros sanitários e para o atendimento adequado das demandas dos municípios consorciados.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição completa da solução proposta está detalhada no tópico 7 do Estudo Técnico Preliminar, o qual integra este Termo de Referência na qualidade de anexo.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Sustentabilidade

6.1.1. A empresa contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais e riscos operacionais, observando:

- Atendimento à legislação ambiental aplicável;
- Controle de emissões de poeira e resíduos durante o transporte e descarregamento;
- Adoção de medidas de segurança para proteção dos trabalhadores e das áreas operacionais dos aterros.

6.2. Subcontratação, cessão e/ou transferência

6.2.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto desta licitação.

6.2.2. Na hipótese de a empresa contratada optar pela subcontratação parcial do fornecimento dos materiais (subfornecimento), esta permanecerá integralmente responsável pela qualidade, conformidade técnica, regularidade e pontualidade dos

materiais entregues, não sendo admitida qualquer transferência de responsabilidades ao CISAN CENTRAL/RO.

6.2.3. Será admitida subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do objeto, mediante autorização prévia e expressa do CISAN CENTRAL/RO.

6.2.4. Os materiais fornecidos por terceiros deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, quantitativos, normas e critérios estabelecidos neste processo de contratação, no Termo de Referência e em seus anexos, não sendo aceita qualquer flexibilização ou alteração sem prévia e expressa autorização da Administração.

6.2.5. Eventuais custos adicionais decorrentes da subcontratação, incluindo logística, transporte, carregamento, descarregamento, controle tecnológico, substituições ou correções de materiais fora de especificação, não poderão, em hipótese alguma, ser repassados à contratante, devendo ser integralmente absorvidos pela empresa contratada.

6.2.6. A utilização de terceiros não poderá causar prejuízo ao cronograma, à constância operacional, à execução das entregas ou ao regular andamento do processo administrativo e contratual, sendo obrigação da contratada adotar todas as medidas necessárias para evitar atrasos, fornecimento inadequado ou qualquer situação que comprometa a eficiência, a segurança e a conformidade técnica das atividades desenvolvidas.

6.2.7. A subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução do contrato.

6.2.8. É vedada a subcontratação da totalidade do objeto ou da parcela considerada principal da contratação.

6.3. Requisitos da Contratação:

6.3.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, normativos e legais que assegurem a qualidade, a rastreabilidade e a adequação dos materiais fornecidos às necessidades das obras de engenharia executadas pelo CISAN CENTRAL/RO, especialmente aquelas relacionadas à implantação, ampliação e melhoria operacional dos aterros sanitários.

6.3.2. Requisitos Técnicos dos Materiais:

6.3.2.1. Os materiais básicos da construção civil a serem fornecidos deverão atender, no que couber, às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como demais normativos aplicáveis, destacando-se, entre outras:

- ABNT NBR 7211 – Agregados para concreto – Especificação;
- ABNT NBR 7217 – Agregados – Determinação da composição granulométrica;
- ABNT NBR 7218 – Agregados – Determinação do teor de argila em torrões e materiais friáveis;
- ABNT NBR 9935 – Agregados – Terminologia;
- ABNT NBR 15116 – Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil (quando aplicável);
- Normas DNIT aplicáveis a camadas de base, sub-base, brita graduada e materiais para pavimentação;
- Demais normas técnicas correlatas, conforme o tipo de material e sua aplicação específica.

6.3.2.2. Os agregados deverão apresentar granulometria compatível com a especificação comercial indicada, estar isentos de materiais orgânicos, contaminantes, solos, argilas excessivas ou quaisquer elementos que comprometam o desempenho estrutural, a durabilidade ou a segurança das obras.

6.3.3. Requisitos de Qualidade e Conformidade:

6.3.3.1. Os materiais fornecidos deverão:

- Possuir qualidade uniforme e constante, compatível com uso em obras de engenharia civil e sanitária;
- Apresentar resistência mecânica adequada às cargas previstas, incluindo tráfego de equipamentos pesados nos aterros sanitários;
- Permitir adequada compactação, drenagem e estabilidade estrutural, conforme a finalidade de cada material;
- Estar em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e seus anexos.

6.3.3.2. Quando solicitado, o fornecedor deverá disponibilizar laudos técnicos, certificados de origem, ensaios laboratoriais ou relatórios de controle tecnológico,

emitidos por laboratórios qualificados, comprovando a conformidade dos materiais com as normas técnicas aplicáveis.

6.3.4. Requisitos da Empresa Fornecedora:

6.3.4.1. A empresa fornecedora deverá:

- Possuir capacidade técnica comprovada para fornecimento de agregados minerais em volumes compatíveis com as demandas do CISAN CENTRAL/RO;
- Estar regularmente constituída, com situação fiscal, trabalhista e previdenciária regular, conforme exigências legais;
- Dispor de estrutura operacional adequada, incluindo jazida, pedreira, usina de beneficiamento e/ou logística compatível com o fornecimento contínuo dos materiais;
- Garantir regularidade e constância no fornecimento, evitando descontinuidade que possa comprometer o cronograma das obras e a operação dos aterros sanitários;
- Manter condições adequadas de armazenamento, transporte e manuseio, prevenindo contaminações, segregações granulométricas ou perdas de qualidade;
- Atender às normas ambientais vigentes, incluindo licenciamento ambiental das atividades de extração, beneficiamento e transporte, quando aplicável.

6.3.5. Requisitos Operacionais e Logísticos:

6.3.5.1. O fornecimento deverá ser realizado de forma parcelada ou conforme demanda, respeitando os prazos, locais de entrega e volumes definidos pelo CISAN CENTRAL/RO, com destaque para os Aterros Sanitários de Ariquemes/RO e Jaru/RO.

6.3.5.2. Os materiais deverão ser entregues em condições que preservem suas características técnicas, sendo vedado o fornecimento de materiais fora de especificação, misturados, contaminados ou em desacordo com as normas técnicas estabelecidas.

6.3.6. Garantia da Contratação:

6.3.6.1. Em razão da natureza da contratação, cujo objeto consiste no fornecimento de materiais, e nos termos da Lei nº 14.133/2021, não será exigida garantia contratual para a formalização do ajuste.

7. DETALHAMENTO TÉCNICO DOS MATERIAIS

7.1. Detalhamento técnico dos materiais a serem adquiridos

7.1.1. Areia Lavada Fina

Descrição técnica: Agregado miúdo natural, resultante da desagregação de rochas, submetido a processo de lavagem para remoção de impurezas orgânicas, argilas e siltes, com granulometria fina e uniforme, em conformidade com a ABNT NBR 7211. Finalidade: Utilizada principalmente na confecção de argamassas de assentamento e revestimento, rebocos, chapiscos, regularizações superficiais e acabamentos em geral. Em obras de aterros sanitários, é empregada em serviços complementares, assentamento de elementos construtivos e ajustes finos de estruturas.

7.1.2. Areia Lavada Média

Descrição técnica: Agregado miúdo com granulometria intermediária entre a areia fina e a grossa, devidamente lavado e classificado, apresentando boa trabalhabilidade e resistência quando utilizado em misturas. Finalidade: Empregada em concretos não estruturais, argamassas mistas e serviços de regularização, oferecendo bom equilíbrio entre trabalhabilidade e resistência. Utilizada em obras de infraestrutura e adequações operacionais.

7.1.3. Areia Lavada Grossa

Descrição técnica: Agregado miúdo de granulometria mais elevada, lavado e isento de materiais contaminantes, apresentando maior resistência mecânica quando incorporado a misturas. Finalidade: Indicada para preparo de concretos estruturais, lastros, bases de apoio e elementos que exigem maior resistência, sendo amplamente utilizada em obras civis e na implantação de estruturas operacionais em aterros sanitários.

7.1.4. Pó de Brita

Descrição técnica: Material resultante do processo de britagem de rochas, com granulometria muito fina, composto predominantemente por partículas minerais.

Finalidade: Utilizado como material de preenchimento, regularização de superfícies, estabilização de camadas e complemento em misturas para pavimentação. Em aterros sanitários, auxilia na conformação de vias internas e áreas operacionais.

7.1.5. Base de Brita Graduada (BGS)

Descrição técnica: Mistura de agregados britados com distribuição granulométrica contínua, garantindo boa compactação e resistência mecânica. Finalidade: Empregada na execução de camadas de base e sub-base para pavimentação, acessos operacionais, áreas de manobra e plataformas de trabalho nos aterros sanitários, assegurando resistência às cargas dinâmicas e constância operacional.

Abaixo segue o quadro de composição da Base de Brita Graduada (BGS) a ser preparada e entregue nas unidades conforme demanda:

COMPOSIÇÃO BASE DE BRITA GRADUADA (BGS)			
Material	Faixa granulométrica típica	Percentual	Quantidade (m³)
Brita II	19,0 – 38 mm	18%	0,2606
Brita I	9,5 – 19,0 mm	36%	0,5308
Brita zero	4,8 – 9,5 mm	10%	0,1470
Pó de brita	< 4,8 mm	36%	0,5283
TOTAL	—	100%	1,4667

7.1.6. Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco

Descrição técnica: Agregado gráudo de pequena dimensão, obtido por britagem controlada, com granulometria comercial padronizada. Finalidade: Utilizada em concretos e regularização de áreas, contribuindo para a adequação das estruturas implantadas.

7.1.7. Pedra Brita I

Descrição técnica: Agregado gráudo de granulometria média, proveniente da britagem de rochas, com alta resistência mecânica. Finalidade: Amplamente utilizada na produção de concretos estruturais, bases drenantes e obras que demandam resistência e estabilidade, sendo essencial na implantação de estruturas permanentes em aterros sanitários.

7.1.8. Pedra Brita II

Descrição técnica: Agregado graúdo com granulometria elevada, adequado para aplicações que exigem maior capacidade de suporte e drenagem. Finalidade: Empregada em camadas drenantes, fundações, reforço de bases e estruturas sujeitas a cargas elevadas, contribuindo para a segurança e longevidade das obras nos aterros.

7.1.9. Pedra Brita IV

Descrição técnica: Agregado graúdo de grande dimensão, obtido por britagem, indicado para aplicações de alto suporte estrutural. Finalidade: Utilizada em sistemas de drenagem profunda, reforço estrutural de áreas operacionais e controle de instabilidade, especialmente em obras de grande porte e adequações em aterros sanitários.

7.1.10. Pedra Rachão

Descrição técnica: Agregado graúdo de grandes dimensões, composto por fragmentos irregulares de rocha, com elevada resistência e capacidade de carga. Finalidade: Empregada na execução de drenos, reforço de taludes, estabilização de vias e áreas sujeitas a tráfego intenso de máquinas pesadas, execução de acessos provisórios e definitivos. Nos aterros sanitários, é fundamental para ampliação de estruturas, contenção e melhoria das condições operacionais, garantindo segurança e constância operacional dentro dos padrões técnicos exigidos.

8. METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS

8.1. Com a finalidade de subsidiar a estimativa do valor da contratação, foi realizado levantamento de mercado voltado à identificação de fornecedores, práticas usuais e referências de preços para aquisição de materiais básicos da construção civil.

8.2. A pesquisa contemplou consultas junto a fornecedores do comércio local e regional, atuantes no ramo de agregados minerais e materiais de construção civil, visando verificar a disponibilidade dos produtos, capacidade de fornecimento e compatibilidade com as necessidades da Administração.

8.3. Adicionalmente, foi realizada consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, com o objetivo de identificar contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, analisando preços praticados e especificações técnicas.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi obtida com base nos dados coletados na pesquisa de preços, conforme detalhado no item 8.

9.2. Para definição do preço estimado, foi adotada a média aritmética dos valores válidos obtidos, após análise de consistência e exclusão de valores discrepantes ou inexequíveis.

9.3. Foram considerados como referência:

- Contratações similares da Administração Pública disponíveis no PNCP;
- Cotações com fornecedores.

9.4. Os documentos que subsidiaram a estimativa encontram-se anexados ao processo administrativo, garantindo a transparência e a rastreabilidade das informações.

10. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

10.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia.

10.2. Caberá ao Gestor (a) do Sistema de Registro de Preços a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente.

10.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

11. JUSTIFICATIVA DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como solução vantajosa e eficiente para a presente contratação, especialmente em razão da natureza variável e imprevisível da demanda por materiais básicos da construção civil, utilizados nas atividades operacionais do Consórcio.

11.2. O CISAN Central/RO desempenha atividades essenciais relacionadas à gestão ambiental e ao saneamento básico nos municípios consorciados, atuando, dentre outras frentes, na operação das Centrais de Disposição Final de Resíduos (Aterros Sanitários) localizadas nos municípios de Jaru e Ariquemes/RO.

11.3. No âmbito dessas operações, os materiais a serem adquiridos, são indispensáveis à execução de atividades contínuas, como a construção e manutenção de drenos de chorume e gases, bem como na conformação e operação das células de disposição de resíduos. A interrupção no fornecimento desses insumos pode comprometer a adequada operação dos aterros sanitários, acarretando riscos ambientais e prejuízos aos municípios consorciados.

11.4. Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pelos seguintes fatores:

I. Economia de tempo e recursos administrativos, ao evitar a realização de sucessivos processos licitatórios para aquisições de mesma natureza;

II. Agilidade e flexibilidade na contratação, permitindo a aquisição dos materiais conforme a necessidade, mediante emissão de ordens de fornecimento;

III. Melhor planejamento e controle orçamentário, visto que os preços são previamente registrados, conferindo maior previsibilidade às despesas e facilitando a elaboração e o acompanhamento do orçamento;

IV. Estímulo à competitividade e à obtenção de propostas mais vantajosas;

V. Adequação à natureza da demanda, sujeita a variações ao longo do período, não sendo possível prever com exatidão o momento e a frequência das aquisições.

VI. Adequação à forma de execução da contratação, tendo em vista que se trata de aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, conforme a necessidade da Administração, o que dificulta a definição prévia de um cronograma fixo de fornecimento.

11.5. Diante do exposto, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, eficiente e alinhada ao interesse público, garantindo a continuidade dos serviços essenciais prestados pelo Consórcio e a adequada gestão dos recursos públicos.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da Ata no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, havendo a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

12.2. As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, apêndice deste Termo de Referência.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, para os licitantes que REGISTRARAM a intenção no sistema de participar do Cadastro de Reserva de Fornecedor, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.2. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

13.3. A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.

13.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.5. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.8. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.9. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.11. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.12. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA E CONTRATO

14.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e decreto N° 008/2024/CISAN Central/RO, a ata de registro de preços e o contrato decorrente dela, serão acompanhados e fiscalizados pelos (as) seguintes servidores (as):

a) O Gestor e o Fiscal do contrato serão designados pelo CISAN Central/RO no momento oportuno, conforme a legislação vigente e as necessidades da execução contratual, assegurando o devido acompanhamento e fiscalização.

14.2. O (A) Gestor(a) da Ata e do Contrato e o (a) Fiscal Administrativo (a) do Contrato poderão ser localizados (as) na Sede do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região central de Rondônia CISAN Central/RO, situada na Rua Canindé, n.º 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, CEP: 76.872-872.

14.3. As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se no Decreto N° 008/2024/CISAN Central/RO.

15. PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

15.1. Os objetos dispostos no item 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues nos endereços abaixo:

15.1.1. A contratada deverá entregar os itens 1 a 10 nas dependências da Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos de Ariquemes: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.

15.1.2. A contratada deverá entregar os itens 11 a 20 nas dependências da Central de Disposição Final de Resíduos Sólidos de Jaru: Aterro Sanitário – Unidade de Jaru, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área rural, Município de Jaru/RO.

15.2. O prazo para entrega dos objetos será de no máximo **15 (quinze) dias** corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento ou envio da nota de empenho conforme disposto no artigo 92 da Lei nº 14.133/2021. Eventuais prorrogações deste prazo deverão ser justificadas por escrito e aprovadas pela Administração contratante.

15.3. Eventual impossibilidade de início da entrega deverá ser comunicada formalmente pela contratada à Administração, dentro deste prazo, devidamente justificada, para fins de análise, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

15.4. No caso de ocorrência de motivo de força maior (devidamente comprovada), que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega dos objetos, a contratada deverá comunicar por escrito ao CISAN Central/RO, no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data prevista para início do fornecimento.

15.5. A entrega deve ser feita em acordo com o horário de funcionamento dos aterros, sendo definidos então os seguintes horários para recebimento:

De segunda-feira a sexta-feira, das 07:30h ao 12:00h, das 14:00h as 17:30h.

Obs: Os materiais não serão recebidos fora do horário estipulado pela Contratante.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. A empresa vencedora obriga-se a fornecer o objeto em conformidade com as especificações descritas no item 2.1 deste Termo de Referência e vinculadas à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não estejam em conformidade com as referidas especificações.

16.2. A Administração se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, o objeto que não atender ao que ficou estabelecido no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

16.3. Todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto tais como fretes e/ou transportes, alimentação, manutenção, hospedagem, correrão à custa exclusivamente da Empresa vencedora.

16.4. Todos os meios de comunicação tais como e-mail, telefones, WhatsApp, deverão permanecer devidamente atualizados durante toda a vigência contratual, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada informar à Administração quaisquer atualizações.

16.5. O objeto será fornecido conforme a Ordem de Fornecimento.

16.6. O objeto será fornecido de forma parcelada ou conforme demanda, de acordo com as necessidades do órgão.

16.7. O fornecimento será através de solicitação/pedido/ordem de fornecimento enviada, pela Gestão Contratual, discriminando o quantitativo da necessidade do Departamento solicitante.

16.8 A qualidade do item é de inteira responsabilidade da Contratada.

16.9. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17. RECEBIMENTO

17.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei Federal Nº. 14.133/21 o objeto da presente licitação será recebido:

17.1.1. Provisoriamente: de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contidas neste Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias contínuos.

17.1.2. Definitivamente: que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que

comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado.

17.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelo recebimento do objeto em conformidade com este Termo de Referência, nem a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.4. Quando necessário, e desde que previsto nas especificações técnicas, poderão ser realizados ensaios, testes ou verificações para aferição da conformidade dos materiais fornecidos com as normas técnicas aplicáveis, correndo os respectivos custos por conta da contratada.

18. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

18.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

18.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

18.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

18.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

18.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

18.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

18.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

18.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do (s) sócio (s) ou sócio administrador.

18.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF).

18.10. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

18.11. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

18.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

18.13. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

19.1. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014).

19.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

19.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

19.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

19.5. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

19.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

20. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

20.1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

20.2. Nas hipóteses em que a certidão prevista na alínea anterior seja positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, devendo ainda demonstrar que a contratação respeita os limites previstos no seu plano de recuperação.

21. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar experiência compatível com a venda de agregados e/ou objetos similares, por meio da apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica (declaração ou certidão) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento do objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

21.2. No caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, o documento deverá conter, no mínimo:

- a) Razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e e-mail da entidade emissora;
- b) Data de emissão;
- c) Identificação dos signatários (nome, cargo/função, telefone de contato);
- d) Descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento.

21.3. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, conforme previsto no art. 67, da Lei nº 141.133/21, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

21.4. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) agregados(s) apresentados.

22. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO

22.1. A licitante deverá apresentar Declaração de Autenticidade, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.

22.2. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital.

22.3. Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988, Anexo V do Edital.

22.4. A empresa licitante deverá apresentar Declaração de Enquadramento, Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo constante no Anexo VI deste Edital.

22.5. A ausência das **declarações exigidas nos subitens 22.1 até 22.4** não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, ressalvando-se que a empresa vencedora permanecerá obrigada ao cumprimento integral das disposições legais aplicáveis, podendo o Pregoeiro (a) solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

22.6. A documentação relativa à habilitação deverá ser anexada no sistema eletrônico *Compras.gov* no momento do cadastro da proposta, em campo próprio.

22.7. A licitante estará obrigada a atender a todas as exigências de habilitação constantes neste Edital. O não atendimento a qualquer requisito acarretará a AUTOMÁTICA INABILITAÇÃO da licitante.

22.8. A documentação de habilitação anexada no sistema **Compras.gov**, desde que atenda a todas as exigências, terá validade para todos os itens do certame nos quais a licitante participe, inclusive para eventuais itens posteriormente negociados no mesmo procedimento licitatório.

22.9. A documentação requerida deverá ser anexada corretamente no sistema *Compras.gov*, preferencialmente em arquivo único, nos formatos aceitos (zip, doc, docx, xls, jpg, entre outros), considerando que o campo de inserção é único.

22.10. A apresentação da documentação de habilitação implicará na **plena aceitação**, pela licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando a licitante ao integral cumprimento das obrigações inerentes ao certame.

22.11. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos apresentados, o Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública, comunicando no chat do sistema a nova data e horário para sua continuidade.

22.12. Para fins de comprovação, a **verificação realizada pelo Pregoeiro (a) nos sítios oficiais** dos órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

22.13. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja pela ausência de documentos obrigatórios ou pela apresentação em desacordo com o estabelecido neste Edital.

22.14. No caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), constatada **restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista**, a licitante será convocada para comprovar sua regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

22.15. A não regularização no prazo estabelecido acarretará a inabilitação da licitante, com aplicação das penalidades cabíveis, podendo ser convocados os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, com direito à prorrogação do prazo para regularização nas mesmas condições previstas no subitem anterior.

22.16. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, contendo o número do CNPJ e o endereço correspondente, nos termos seguintes:

- a) Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Caso a licitante seja filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

22.17. Documentos emitidos exclusivamente em nome da matriz poderão ser aceitos para a filial e vice-versa, desde que comprovada a vinculação entre ambas.

22.18. Na hipótese de a matriz ser a licitante, mas a prestadora do objeto ou emissora da fatura/nota fiscal ser filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

22.19. Verificada a conformidade com as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor.

22.20. A comprovação do preenchimento dos requisitos poderá exigir a apresentação dos documentos originais quando houver dúvida quanto à autenticidade ou integridade dos documentos digitais.

22.21. Havendo a necessidade de apresentação dos documentos originais, estes deverão ser encaminhados presencialmente ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO), no horário das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h00min às sextas-feiras, sito à Rua Canindé, nº 3622 – Setor Institucional, Ariquemes – RO, CEP 76872-872, ou enviados por meio eletrônico ao e-mail compras@cisancentral.ro.gov.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação. Telefone institucional (69) 3185-0310.

23. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

23.1. Poderão participar desta licitação todas as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto deste certame, devidamente qualificadas, mediante comprovação das regularidades fiscais, jurídicas, tributárias, econômicas, técnicas e demais órgãos regulamentadores.

23.2. Não poderão disputar esta licitação (Previstos nos Arts. 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021):

23.2.1. Aqueles que não atendam às condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos;

23.2.2. Os autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

23.2.3. Empresas, isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo, bem como aquelas das quais os autores dos projetos sejam dirigentes, gerentes, controladores, acionistas com participação superior a 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsáveis técnicos ou subcontratados, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a eles necessários;

23.2.4. Pessoas físicas ou jurídicas que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

23.2.5. Aqueles que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

23.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que concorram entre si;

23.2.7. Pessoas físicas ou jurídicas que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

23.2.8. Agentes públicos do órgão ou entidade licitante;

23.2.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade;

23.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

23.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

23.2.12. Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado;

23.2.13. Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do CISAN Central/RO, inclusive na condição de sócio ou dirigente;

23.2.14. Não poderão participar empresas estrangeiras que não funcionem no país;

23.2.15. Não poderão participar empresas que estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

24.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, na forma de REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, em modo de disputa ABERTO.

24.2. O Fornecedor selecionado será o que apresentar menor preço, desde que sejam atendidos plenamente as condições deste Termo de Referência e do Edital de Licitação, com toda a documentação exigida.

25. CONTRATO

25.1. O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO convocará a empresa vencedora da licitação para assinatura do Contrato por meio de ofício, encaminhada via e-mail, devendo o comprovante ser acostado ao processo.

25.2. Para assinatura do Contrato, a empresa terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação para assinatura via e-mail.

25.3. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por igual período, desde que apresentada justificativa com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo final e aceito pelo CISAN Central/RO.

25.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta online ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

25.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e termo de referência.

25.6. Quando da assinatura do contrato, a Contratada poderá apresentar Carta de Preposto, indicando sócio ou empregado da empresa para representá-la durante a vigência contratual, onde deverão constar, no mínimo, os seguintes dados: nome completo, CPF, RG, função na empresa e qualificação profissional.

25.7. Do Prazo de Vigência:

25.7.1. A vigência será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo

período, limitado a 120 (cento e vinte) meses, desde que aja interesse público e comprovada vantajosidade econômica, nos termos da lei 14.133/2021.

25.7.2. É condição para efetivação dos pagamentos que o contrato esteja devidamente assinado pelas partes e o extrato do contrato publicado nos meios oficiais, com comprovação juntada aos autos.

25.7.3. O não cumprimento desta condição implicará em penalidades à empresa vencedora, ficando esta passível de convocação do segundo classificado.

25.8. Acréscimos e supressões:

25.8.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que o CISAN Central/RO, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento).

25.8.2. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, por meio do termo aditivo.

25.9. Do Reequilíbrio Econômico:

25.9.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

25.9.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

25.9.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

25.9.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

25.9.5. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

25.9.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

25.9.7. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

25.9.8. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

25.9.9. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

25.9.10. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

25.9.11. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

25.9.12. Liberado o fornecedor na forma do item 25.9.11, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

25.9.13. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

25.9.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

25.9.15. Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

25.10. Do reajuste do contrato:

25.10.1. Os reajustes serão baseados em pesquisa de mercado, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE ou seu substituto, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme legislação vigente.

25.10.2. Os valores somente poderão ser reajustáveis mediante solicitação formal da empresa licitante, após o período mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da vigência que se dará a partir da assinatura do contrato.

25.11. Da cessão, transferência e/ou sublocação do contrato:

25.11.1. É expressamente vedada a cessão, transferência ou sublocação total ou parcial dos direitos e obrigações do contrato.

25.12. Rescisão do contrato:

25.12.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, conforme condições contratuais e legislação aplicável.

25.12.2. Poderão ser motivos de rescisão as hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sendo a rescisão amigável, unilateral ou judicial, conforme art. 138 da mesma lei.

25.12.3. A contratada reconhece os direitos da Contratante nos casos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

26. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

26.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes contratantes, em estrita observância às cláusulas pactuadas, às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

26.2. Ocorrendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma pactuado será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro da ocorrência em apostila ao contrato.

26.3. As comunicações formais entre a Administração Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se, para fins de agilidade e eficácia administrativa, o uso de mensagens eletrônicas, observada a devida formalidade e segurança da informação.

26.4. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada, sempre que necessário, para adoção de providências de caráter imediato, com vistas à adequada execução contratual.

26.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial entre o gestor do contrato e representante da empresa contratada, para apresentação do plano de fiscalização contratual, contendo orientações quanto às obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, estratégias de execução do objeto, plano complementar da contratada (quando houver), metodologia de aferição de resultados e sanções aplicáveis.

26.6. Da Fiscalização Contratual:

26.6.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais designados formalmente pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

26.7. Da Fiscalização Técnica:

26.7.1. O fiscal técnico será responsável pelo acompanhamento da execução do objeto, assegurando o cumprimento integral das condições pactuadas e a obtenção dos resultados esperados pela Administração Pública.

26.7.2. O fiscal técnico anotará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais não conformidades, com descrição detalhada e orientações para sua regularização.

26.7.3. Constatadas inexecução ou irregularidades na execução contratual, o fiscal técnico deverá emitir notificações à contratada, estabelecendo prazo razoável para correção.

26.7.4. Sempre que a situação demandar medidas além da competência do fiscal técnico, este deverá informar o gestor do contrato em tempo hábil, para adoção das providências cabíveis.

26.7.5. Ocorrendo situações que comprometam o cumprimento dos prazos contratuais, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

26.7.6. O fiscal técnico deverá informar, com a devida antecedência, o término da vigência contratual, a fim de possibilitar a análise sobre eventual prorrogação ou nova contratação.

26.8. Da Fiscalização Administrativa:

26.8.1. O fiscal administrativo será responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar os procedimentos de empenho, pagamento, glosas, garantias contratuais, bem como formalização de termos aditivos e apostilamentos.

26.8.2. Na hipótese de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente para resolução do problema, reportando ao gestor do contrato os casos que ultrapassem sua alçada decisória.

26.9. Da Gestão Contratual:

26.9.1. Compete ao gestor do contrato coordenar a execução contratual, promovendo o registro de todos os atos e ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, inclusive ordens de serviço, alterações contratuais, registros de ocorrências e prorrogações, elaborando relatórios de acompanhamento conforme necessário.

26.9.2. O gestor do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo, adotando, quando necessário, as medidas corretivas ou

comunicando a autoridade competente sobre questões que extrapolem sua competência.

26.9.3. É responsabilidade do gestor do contrato monitorar a regularidade das condições de habilitação da contratada para fins de liquidação e pagamento, registrando em relatório de riscos eventuais os fatores impeditivos à normal tramitação da despesa.

26.9.4. O gestor emitirá documento comprobatório do desempenho da contratada, com base nas avaliações dos fiscais, contemplando o cumprimento das obrigações contratuais, desempenho técnico e eventuais penalidades aplicadas, para fins de registro no sistema de gestão contratual.

26.9.5. Quando verificada infração contratual que enseje responsabilização, o gestor providenciará a instauração de processo administrativo, a ser conduzido pela comissão competente ou autoridade designada, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

26.9.6. Ao final da execução, o gestor do contrato deverá elaborar relatório conclusivo, contendo avaliação sobre o alcance dos objetivos da contratação, bem como sugestões para o aprimoramento de futuras contratações.

26.9.7. O gestor deverá encaminhar ao setor responsável a documentação necessária à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com base nos valores efetivamente aferidos pela fiscalização.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O prazo para pagamento observará o disposto nos artigos 137, 138 e 139 do Decreto nº 08-CISAN-2024, que regulamenta, no âmbito interno, a execução contratual da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.2. O pagamento será efetuado exclusivamente após o recebimento definitivo do fornecimento do objeto previstos na Cláusula II deste instrumento, devidamente atestado pela autoridade competente.

27.3. Em conformidade com os artigos 141 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o pagamento das obrigações contratuais observará a ordem cronológica de exigibilidade, conforme as categorias contratuais estabelecidas na referida legislação.

27.4. O prazo para liquidação e pagamento não poderá exceder 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da respectiva nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado.

27.5. Compete ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO a adoção de todos os atos necessários à correta liquidação da despesa.

27.6. O prazo previsto no item 27.4 ficará suspenso sempre que forem identificadas inconsistências na execução do objeto, na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente, cabendo à contratada a correção das pendências.

27.7. Durante o período de regularização das inconsistências pela contratada, sua posição na ordem cronológica de pagamento será suspensa, sendo restabelecida após a solução das pendências, sem prejuízo à continuidade da contagem dos prazos contratuais.

27.8. Em casos de força maior ou de caso fortuito que inviabilizem a liquidação ou o pagamento, os prazos ficarão suspensos até a superação do impedimento, sendo preservada a posição originária da obrigação na ordem cronológica.

27.9. Havendo controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou conformidade da aquisição, a parcela incontroversa será paga no prazo legal, permanecendo o valor controverso retido até a devida resolução, com manutenção de sua posição cronológica.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

28.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, além das seguintes obrigações específicas:

28.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), a Contratada deverá encaminhar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos, para fins de pagamento:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da empresa;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

28.3. Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras previstas na legislação aplicável, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, sem que tal inadimplência possa, em qualquer hipótese, onerar o objeto do contrato.

28.4. Arcar com todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto, inclusive fretes, transportes ou serviços de transportadora, se necessários.

28.5. Informar, para fins de recebimento de comunicações, ordens de fornecimento, intimações ou notificações, o nome do preposto responsável, endereço comercial atualizado, e-mail, número de telefone fixo, número de telefone celular e número de WhatsApp.

28.6. Interromper imediatamente, por determinação da Contratante, qualquer atividade que esteja sendo executada em desacordo com as boas práticas técnicas ou que ofereça risco à segurança de pessoas ou bens de terceiros.

28.7. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em razão da execução do contrato, inclusive após o término da relação contratual.

28.8. Cumprir integralmente as normas de segurança, bem como as demais disposições legais vigentes nas esferas federal, estadual e municipal, que sejam aplicáveis à execução do objeto.

28.9. Orientar e treinar seus funcionários quanto às obrigações previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas eficazes para a proteção de dados pessoais eventualmente acessados durante a execução contratual.

28.10. Responsabilizar-se integral e exclusivamente pela utilização regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças exigidas para a execução do objeto, eximindo a Contratante de quaisquer responsabilidades decorrentes de infrações a direitos de terceiros.

28.11. Indicar, nas notas fiscais emitidas, o quantitativo e os valores de agregados solicitados correspondente ao faturamento da Ordem de Fornecimento.

28.12. Responder por quaisquer despesas resultantes de ações ou demandas judiciais ou extrajudiciais decorrentes de danos causados por si, seus empregados, obrigando-se a assumir integralmente as responsabilidades legais que lhe forem atribuídas.

28.13. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, por dolo ou culpa na execução da aquisição, não se eximindo de tal responsabilidade mesmo na hipótese de acompanhamento ou fiscalização por parte do CISAN Central/RO.

28.14. Realizar, às suas expensas, a substituição de materiais que apresentem defeitos ou estejam em desacordo com as especificações técnicas, sendo exigido que os itens substituídos tenham qualidade igual ou superior, sem cobrança de valores adicionais.

28.15. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos para o início, e conclusão do fornecimento do objeto.

28.16. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal ocorrido durante a vigência contratual que possa comprometer a execução do objeto, para a adoção das providências cabíveis.

28.17. Fornecer exclusivamente materiais e serviços de primeira qualidade, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

28.18. Executar a entrega do objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta.

28.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

28.20. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento emitidos pela mesma ou que tenha acesso, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

28.21. A Contratada compromete-se a, durante toda a vigência, manter a Contratante devidamente informada acerca dos canais de comunicação atualizados, incluindo e-mail, telefone e WhatsApp.

28.22. A licitante deverá ainda:

28.23. Comunicar ao CISAN Central/RO qualquer anormalidade, relacionada ao objeto, verificada durante a execução do contrato.

29. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1. A Administração obriga-se a:

29.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

29.1.2. Receber os objetos no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

29.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele, substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

29.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/21.

29.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

29.1.6. Providenciar o empenho e posterior pagamento da Nota Fiscal e ou fatura em até 30 (trinta) dias da data seguinte ao seu recebimento pela Contratada.

29.1.7. Aplicar as penalidades previstas no presente instrumento, na hipótese de a Contratada não cumprir os termos constantes neste Termo de Referência, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume de solicitações, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao Contratante;

29.1.8. Prestar à Contratada todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento do Contratante, completando-os com cópias de análises, correspondências, instruções e documentos, quando pertinentes ao assunto desse objeto.

29.1.9. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento dos materiais dispostos neste Termo de Referência e Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

29.1.10. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

29.1.11. Rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

29.1.12. Indicar o representante da Administração para acompanhar, fiscalizar, bem como para atestar o recebimento dos produtos.

29.1.13. Providenciar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos do objeto pelo Setor Responsável.

30. PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

30.1. As partes deverão cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

30.2. Os dados obtidos pelas partes somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

30.3. A Empresa Contratada será responsável pela implementação de medidas adequadas de segurança da informação, destinadas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito do fornecimento do objeto contratado.

30.4. A coleta, o processamento e o armazenamento de dados pessoais deverão restringir-se aos estritamente necessários para a execução do objeto contratual.

30.5. O tratamento de dados pessoais deverá observar os princípios previstos na LGPD, especialmente os de finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

30.6. Na hipótese de transferência internacional de dados pessoais, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as providências necessárias para assegurar a conformidade com as exigências da LGPD.

30.7. A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante acerca de qualquer transferência internacional de dados pessoais.

30.8. A Empresa Contratada implementará mecanismos de segurança da informação eficazes para resguardar os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração ou destruição indevida.

30.9. A Empresa Contratada realizará auditorias periódicas de segurança da informação e comunicará à Contratante quaisquer incidentes que possam comprometer a proteção dos dados pessoais.

30.10. Em caso de violação de segurança que possa afetar a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais, a Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora injustificada.

30.11. A notificação mencionada no item anterior deverá conter informações detalhadas acerca da natureza da violação, suas possíveis consequências e as medidas adotadas para mitigar os riscos decorrentes.

30.12. A Empresa Contratada, bem como seus colaboradores diretamente envolvidos fornecimento do objeto contratado, compromete-se a manter o sigilo e a confidencialidade sobre os dados pessoais tratados, tanto durante a vigência do contrato quanto após seu término.

30.13. A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias utilizados.

30.14. A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar o cumprimento, pela Empresa Contratada, das disposições contratuais e legais referentes à proteção de dados pessoais.

30.15. A Empresa Contratada compromete-se a colaborar integralmente com as auditorias, disponibilizando acesso a documentos, registros e pessoal necessários à verificação.

30.16. O descumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados acarretará responsabilidade civil, administrativa e contratual, podendo ensejar a rescisão do contrato, além de sanções previstas na legislação vigente.

31. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

31.1. Recurso necessário para aquisição do objeto está assegurado no orçamento financeiro de 2026 na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia
CISAN CENTRAL/RO.

Unidade Orçamentária: 17.512.0101.2101.0000 – Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário – Operacional.

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

Centro de Custo: Unidade Operacional de Ariquemes e Jarú.

32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

32.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

32.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

32.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

32.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

32.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

32.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

32.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

32.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

32.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;

32.1.9. Fraudar o processo de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

32.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

32.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances;

32.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

32.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

32.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Advertência**, nos casos de inexecução parcial do subitem 32.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

b) **Multa de 10%** (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação ou contratação, nos casos de recusa injustificada em assinar o contrato, e/ou nas infrações previstas nos subitens 32.1.1 a 32.1.10.3.

32.2.1. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a licitante ou futura contratada retardar injustificadamente o procedimento de contratação, ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente;
- c) Tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) Descumprir requisitos de habilitação na licitação, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- f) Deixar de regularizar documentos fiscais no prazo concedido, nos termos da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
- g) Propor impugnações ou esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;
- h) Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- i) Permanecer inadimplente após aplicação de advertência e/ou multa moratória referida no artigo 147 do Decreto nº 08/2024/CISAN CENTRAL/RO;
- j) Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- k) Deixar de complementar o valor da garantia recolhida (quando necessário) após solicitação da autoridade competente;
- l) Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

32.3. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato, salvo razões de interesse público devidamente motivadas:

32.3.1. O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa e ou rescisão contratual, será contado em

dia contínuos, a partir do 1º dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.

32.3.2. Caracteriza-se inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante;

32.3.3. Caracteriza-se inadimplemento parcial quando do atraso injustificado para substituição de algum objeto quando adjudicado e ou contratado por item.

32.3.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 32.1.2 a 32.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

32.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 32.1.8 a 32.1.10.3, ou quando houver motivo justificado;

32.3.6. A aplicação de quaisquer penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

32.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

32.4.1. A natureza e a gravidade da infração;

32.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

32.4.3. Circunstâncias atenuantes ou agravantes;

32.4.4. Os danos causados à Administração;

32.4.5. A existência ou não de programa de integridade implementado.

32.5. Caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor a ser pago pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

32.6. A aplicação das sanções não isenta a Contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

32.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas.

32.8. Se durante o processo sancionador houver indícios de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, cópias do processo serão remetidas à autoridade competente para decisão sobre eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

32.9. A apuração de demais infrações administrativas não enquadradas na Lei nº 12.846/2013 seguirá o rito normal da unidade administrativa competente.

32.10. O processamento do PAR não prejudica o andamento dos processos administrativos que apurem danos ou prejuízos à Administração Pública.

32.11. A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/1999.

33. DO FORO

33.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

34. DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1. Mais informações poderão ser obtidas por meio do endereço eletrônico compras@cisancentral.ro.gov.br, pelo telefone institucional do CISAN CENTRA/RO através do número (69) 3185-0310 e presencialmente na sede administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, localizada na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, no horário das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min, de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h30min às sextas-feiras.

35. ANEXOS

ANEXO I - Estudo Técnico;

ANEXO II - Minuta de Contrato;

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV - Minuta da Ata de Cadastro Reserva;

Ariquemes-RO, 06 de maio de 2026.

Termo de Referência Elaborado por:

Thais Rocha de Souza
Membro da Equipe de Apoio
Portaria 046/2026/CISAN CENTRAL-RO

Revisado por:

Natalia Terezinha Oliveira
Diretora Técnica Operacional
Decreto nº025/2023/CISAN CENTRAL-RO

Autorizado por:

Walleson Higor Corrêa Jordão
Superintendente
CISAN CENTRAL/RO

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	Retificado	06/05/2026
ID: 71601		Processo
CRC: 4A966822		Documento
Processo: 1-192/2026		
Usuário: THAIS ROCHA DE SOUZA		
Criação: 06/05/2026 08:32:08	Finalização: 06/05/2026 08:36:45	
MD5: A3DA22888F6110FC23FD70498891D56A		
SHA256: 53599D318EDFD42A9481C186AB4E0373307A3FDFDC1476335C7D4682D5D4DECC		

Súmula/Objeto:

TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO CONFORME ANÁLISE JURÍDICA, REFERENTE AO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BÁSICOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO CISAN CENTRAL/RO.


INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	06/05/2026 08:32:08
---------------	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	06/05/2026 08:32:08
--------------------------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 THAIS ROCHA DE SOUZA	ASSESSOR DE CPL	06/05/2026 08:37:04
---	-----------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

 GILLIARD DOS SANTOS GOMES	PRESIDENTE	06/05/2026 10:34:06
--	------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

 WALLESON HIGOR CORREA JORDAO	SUPERINTENDENTE	06/05/2026 10:36:22
---	-----------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

 NATALIA TEREZINHA OLIVEIRA	Diretora Técnica Operacional	06/05/2026 18:08:25
---	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 71601 e o CRC 4A966822.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 Número do processo 192/2026.

2. OBJETO

2.1 Este estudo preliminar tem como objetivo apresentar a esta superintendência do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO) o **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** e sua viabilidade perante a necessidade de **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BÁSICOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA (CISAN CENTRAL/RO).**

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 O presente documento, denominado Estudo Técnico Preliminar é elaborado em atendimento às disposições contidas no inciso I do Art. 72 da Lei Federal nº. 14.133/21 e Art. 47 do Regulamento de Procedimento para o Planejamento das Licitações e Contratações, disposto no Decreto nº 08/2024-CISAN CENTRAL/RO, pela Equipe de Planejamento que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da solicitação que consta no **Documento de Formalização da Demanda - DFD**, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO.

3.2 Segundo a Norma Brasileira Registrada (NBR) 8.419/1992, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Aterro Sanitário é a técnica de disposição final de resíduos sólidos urbanos que não causam danos à saúde pública e a sua segurança, reduzindo os impactos ambientais através de métodos de engenharia para confinar os resíduos sólidos na menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada



jornada de trabalho ou a intervalos menores, se necessário. Mesmo os aterros sendo a alternativa mais viável para destinação dos resíduos, é necessário que esses sejam monitorados para assim controlar seus eventuais riscos.

- 3.3 A presente contratação decorre da necessidade técnica e operacional de assegurar o fornecimento contínuo de materiais básicos da construção civil indispensáveis à execução de obras de engenharia, implantação de novas estruturas, ampliações, adequações e melhorias operacionais nas unidades sob responsabilidade do CISAN CENTRAL/RO, com ênfase nos aterros sanitários consorciados.
- 3.4 As atividades desenvolvidas pelo Consórcio demandam intervenções recorrentes em infraestrutura civil, tais como conformação e reforço de vias internas, implantação e ampliação de estruturas operacionais, execução de camadas de base e sub-base, sistemas de drenagem, estabilização de taludes, além de obras complementares necessárias à adequada operação e manutenção dos aterros sanitários. Tais intervenções exigem o uso de agregados minerais com características técnicas específicas, compatíveis com normas técnicas vigentes e com as condições de carga, tráfego de equipamentos pesados e exposição ambiental típicas dessas unidades.
- 3.5 A ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a continuidade das obras e serviços de engenharia, podendo ocasionar paralisações, execução inadequada das estruturas, aumento de custos por contratações emergenciais e riscos à segurança operacional e ambiental. Além disso, a indisponibilidade de insumos adequados inviabiliza a manutenção da constância operacional dos aterros sanitários, condição essencial para garantir o funcionamento regular das unidades dentro dos padrões técnicos, ambientais e de segurança estabelecidos pela legislação e pelas boas práticas da engenharia sanitária.
- 3.6 Dessa forma, a aquisição planejada de materiais básicos da construção civil mostra-se tecnicamente necessária para assegurar a execução eficiente, contínua e padronizada das obras, bem como para viabilizar a ampliação da capacidade operacional, a melhoria das condições de trabalho e a durabilidade das estruturas implantadas, contribuindo para a estabilidade operacional dos aterros sanitários e para o atendimento adequado das demandas dos municípios consorciados.



4. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Departamento Operacional do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL /RO	Natalia Terezinha Oliveira Diretora Técnica – Operacional Decreto nº 025/2023/CISAN Central-RO

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, normativos e legais que assegurem a qualidade, a rastreabilidade e a adequação dos materiais fornecidos às necessidades das obras de engenharia executadas pelo CISAN CENTRAL/RO, especialmente aquelas relacionadas à implantação, ampliação e melhoria operacional dos aterros sanitários.

5.1.1 Requisitos Técnicos dos Materiais:

5.1.1.1 Os materiais básicos da construção civil a serem fornecidos deverão atender, no que couber, às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como demais normativos aplicáveis, destacando-se, entre outras:

- » *ABNT NBR 7211 – Agregados para concreto – Especificação;*
- » *ABNT NBR 7217 – Agregados – Determinação da composição granulométrica;*
- » *ABNT NBR 7218 – Agregados – Determinação do teor de argila em torrões e materiais friáveis;*
- » *ABNT NBR 9935 – Agregados – Terminologia;*
- » *ABNT NBR 15116 – Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil (quando aplicável);*
- » *Normas DNIT aplicáveis a camadas de base, sub-base, brita graduada e materiais para pavimentação;*
- » *Demais normas técnicas correlatas, conforme o tipo de material e sua aplicação específica.*

5.1.1.2 Os agregados deverão apresentar granulometria compatível com a especificação comercial indicada, estar isentos de materiais orgânicos, contaminantes, solos, argilas excessivas ou quaisquer



elementos que comprometam o desempenho estrutural, a durabilidade ou a segurança das obras.

5.1.2 Requisitos de Qualidade e Conformidade

5.1.2.1 Os materiais fornecidos deverão:

- » *Possuir qualidade uniforme e constante, compatível com uso em obras de engenharia civil e sanitária;*
- » *Apresentar resistência mecânica adequada às cargas previstas, incluindo tráfego de equipamentos pesados nos aterros sanitários;*
- » *Permitir adequada compactação, drenagem e estabilidade estrutural, conforme a finalidade de cada material;*
- » *Estar em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e seus anexos.*

5.1.2.2 Quando solicitado, o fornecedor deverá disponibilizar laudos técnicos, certificados de origem, ensaios laboratoriais ou relatórios de controle tecnológico, emitidos por laboratórios qualificados, comprovando a conformidade dos materiais com as normas técnicas aplicáveis.

5.1.3 Requisitos da Empresa Fornecedora

5.1.3.1 A empresa fornecedora deverá:

- » *Possuir capacidade técnica comprovada para fornecimento de agregados minerais em volumes compatíveis com as demandas do CISAN CENTRAL/RO;*
- » *Estar regularmente constituída, com situação fiscal, trabalhista e previdenciária regular, conforme exigências legais;*
- » *Dispor de estrutura operacional adequada, incluindo jazida, pedreira, usina de beneficiamento e/ou logística compatível com o fornecimento contínuo dos materiais;*
- » *Garantir regularidade e constância no fornecimento, evitando descontinuidade que possa comprometer o cronograma das obras e a operação dos aterros sanitários;*
- » *Manter condições adequadas de armazenamento, transporte e manuseio, prevenindo contaminações, segregações granulométricas ou perdas de qualidade;*



- » *Atender às normas ambientais vigentes, incluindo licenciamento ambiental das atividades de extração, beneficiamento e transporte, quando aplicável.*

5.1.4 Requisitos Operacionais e Logísticos

- 5.1.4.1 O fornecimento deverá ser realizado de forma parcelada ou conforme demanda, respeitando os prazos, locais de entrega e volumes definidos pelo CISAN CENTRAL/RO, com destaque para os Aterros Sanitários de Ariquemes/RO e Jaru/RO.
- 5.1.4.2 Os materiais deverão ser entregues em condições que preservem suas características técnicas, sendo vedado o fornecimento de materiais fora de especificação, misturados, contaminados ou em desacordo com as normas técnicas estabelecidas.

5.1.5 Requisitos de Sustentabilidade e Segurança

- 5.1.5.1 A empresa contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais e riscos operacionais, observando:
 - » *Atendimento à legislação ambiental aplicável;*
 - » *Controle de emissões de poeira e resíduos durante o transporte e descarregamento;*
 - » *Adoção de medidas de segurança para proteção dos trabalhadores e das áreas operacionais dos aterros.*

5.1.6 Critérios Relativos à Terceirização do Fornecimento

- 5.1.6.1 Na hipótese de a empresa contratada optar pela terceirização parcial do fornecimento dos materiais (subfornecimento), esta permanecerá integralmente responsável pela qualidade, conformidade técnica, regularidade e pontualidade dos materiais entregues, não sendo admitida qualquer transferência de responsabilidades ao CISAN CENTRAL/RO.
- 5.1.6.2 Os materiais fornecidos por terceiros deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, quantitativos, normas e critérios estabelecidos neste processo de contratação, no Termo de Referência e em seus anexos, não sendo aceita qualquer flexibilização ou alteração sem prévia e expressa autorização da Administração.



- 5.1.6.3 Eventuais custos adicionais decorrentes da terceirização do fornecimento, incluindo logística, transporte, carregamento, descarregamento, controle tecnológico, substituições ou correções de materiais fora de especificação, não poderão, em hipótese alguma, ser repassados à contratante, devendo ser integralmente absorvidos pela empresa contratada.
- 5.1.6.4 A utilização de terceiros não poderá causar prejuízo ao cronograma, à constância operacional, à execução das entregas ou ao regular andamento do processo administrativo e contratual, sendo obrigação da contratada adotar todas as medidas necessárias para evitar atrasos, fornecimento inadequado ou qualquer situação que comprometa a eficiência, a segurança e a conformidade técnica das atividades desenvolvidas.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 6.1 Com a finalidade de subsidiar a definição da solução mais adequada e a estimativa preliminar de custos, foi realizado levantamento de mercado voltado à identificação de fornecedores, práticas usuais de contratação e referências de preços relacionadas à aquisição de materiais básicos da construção civil.
- 6.2 O levantamento contemplou pesquisas junto ao comércio local e regional, especificamente em empresas atuantes no ramo de fornecimento de agregados minerais e materiais de construção civil, visando verificar a disponibilidade dos produtos, a capacidade de atendimento, as condições de fornecimento e a compatibilidade técnica dos materiais ofertados com as necessidades do CISAN CENTRAL/RO.
- 6.3 Adicionalmente, foi realizada consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1>), com o objetivo de identificar editais, contratos administrativos e atas de registro de preços recentes firmados por outros entes e órgãos da Administração Pública, relacionados ao objeto desta contratação. Essa pesquisa permitiu analisar práticas adotadas, modelos de contratação, especificações técnicas recorrentes e parâmetros de preços utilizados em contratações similares.



- 6.4 Os dados obtidos por meio dessas fontes contribuíram para confirmar a existência de mercado fornecedor suficientemente competitivo, bem como para fundamentar a definição do objeto, a escolha da modalidade de contratação e a adoção de estratégias que promovam a economicidade, a eficiência e a conformidade legal do processo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 7.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais básicos da construção civil, de forma contínua e conforme demanda, atendendo às especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas no processo de contratação.
- 7.2 A solução abrange o fornecimento de agregados minerais essenciais — incluindo areias lavadas, britas em diferentes granulometrias, base de brita graduada (BGS), pó de brita e rachão — destinados à execução de obras de implantação de novas estruturas, ampliação da capacidade operacional, melhorias funcionais e manutenção das condições estruturais dos aterros sanitários sob gestão do CISAN CENTRAL/RO.
- 7.3 O modelo de fornecimento prevê a entrega dos materiais diretamente nas unidades operacionais indicadas, de forma programada ou sob demanda, conforme a necessidade das frentes de obra e das atividades operacionais, assegurando a disponibilidade tempestiva dos insumos e a manutenção da constância operacional dentro dos padrões técnicos, ambientais e de segurança exigidos.
- 7.4 A solução fundamenta-se no atendimento integral às normas técnicas aplicáveis, na padronização dos materiais, na garantia de qualidade e uniformidade dos insumos e na responsabilidade integral da empresa contratada quanto à conformidade técnica, logística e ambiental dos materiais fornecidos, inclusive nos casos de eventual terceirização do fornecimento.
- 7.5 Sob a perspectiva da gestão pública, a solução como um todo proporciona maior previsibilidade de custos, redução de riscos de paralisação de obras, mitigação de contratações emergenciais e otimização da aplicação dos recursos públicos, assegurando eficiência administrativa, segurança operacional e durabilidade das estruturas implantadas.



7.6 Detalhamento técnico dos materiais a serem adquiridos

7.6.1 Areia Lavada Fina

Descrição técnica:

Agregado miúdo natural, resultante da desagregação de rochas, submetido a processo de lavagem para remoção de impurezas orgânicas, argilas e siltes, com granulometria fina e uniforme, em conformidade com a ABNT NBR 7211.

Finalidade:

Utilizada principalmente na confecção de argamassas de assentamento e revestimento, rebocos, chapiscos, regularizações superficiais e acabamentos em geral. Em obras de aterros sanitários, é empregada em serviços complementares, assentamento de elementos construtivos e ajustes finos de estruturas.

7.6.2 Areia Lavada Média

Descrição técnica:

Agregado miúdo com granulometria intermediária entre a areia fina e a grossa, devidamente lavado e classificado, apresentando boa trabalhabilidade e resistência quando utilizado em misturas.

Finalidade:

Empregada em concretos não estruturais, argamassas mistas e serviços de regularização, oferecendo bom equilíbrio entre trabalhabilidade e resistência. Utilizada em obras de infraestrutura e adequações operacionais.

7.6.3 Areia Lavada Grossa

Descrição técnica:

Agregado miúdo de granulometria mais elevada, lavado e isento de materiais contaminantes, apresentando maior resistência mecânica quando incorporado a misturas.

Finalidade:

Indicada para preparo de concretos estruturais, lastros, bases de apoio e elementos que exigem maior resistência, sendo amplamente utilizada em obras civis e na implantação de estruturas operacionais em aterros sanitários.

7.6.4 Pó de Brita



Descrição técnica:

Material resultante do processo de britagem de rochas, com granulometria muito fina, composto predominantemente por partículas minerais.

Finalidade:

Utilizado como material de preenchimento, regularização de superfícies, estabilização de camadas e complemento em misturas para pavimentação. Em aterros sanitários, auxilia na conformação de vias internas e áreas operacionais.

7.6.5 Base de Brita Graduada (BGS)

Descrição técnica:

Mistura de agregados britados com distribuição granulométrica contínua, garantindo boa compactação e resistência mecânica.

Finalidade:

Empregada na execução de camadas de base e sub-base para pavimentação, acessos operacionais, áreas de manobra e plataformas de trabalho nos aterros sanitários, assegurando resistência às cargas dinâmicas e constância operacional. Abaixo segue o quadro de composição da Base de Brita Graduada (BGS) a ser preparada e entregue nas unidades conforme demanda:

COMPOSIÇÃO BASE DE BRITA GRADUADA (BGS)			
Material	Faixa granulométrica típica	Percentual	Quantidade (m³)
Brita II	19,0 – 38 mm	18%	0,2606
Brita I	9,5 – 19,0 mm	36%	0,5308
Brita zero	4,8 – 9,5 mm	10%	0,1470
Pó de brita	< 4,8 mm	36%	0,5283
TOTAL	—	100%	1,4667

7.6.6 Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco

Descrição técnica:

Agregado graúdo de pequena dimensão, obtido por britagem controlada, com granulometria comercial padronizada.

Finalidade:

Utilizada em concretos e regularização de áreas, contribuindo para a adequação das estruturas implantadas.



7.6.7 Pedra Brita I

Descrição técnica:

Agregado graúdo de granulometria média, proveniente da britagem de rochas, com alta resistência mecânica.

Finalidade:

Amplamente utilizada na produção de concretos estruturais, bases drenantes e obras que demandam resistência e estabilidade, sendo essencial na implantação de estruturas permanentes em aterros sanitários.

7.6.8 Pedra Brita II

Descrição técnica:

Agregado graúdo com granulometria elevada, adequado para aplicações que exigem maior capacidade de suporte e drenagem.

Finalidade:

Empregada em camadas drenantes, fundações, reforço de bases e estruturas sujeitas a cargas elevadas, contribuindo para a segurança e longevidade das obras nos aterros.

7.6.9 Pedra Brita IV

Descrição técnica:

Agregado graúdo de grande dimensão, obtido por britagem, indicado para aplicações de alto suporte estrutural.

Finalidade:

Utilizada em sistemas de drenagem profunda, reforço estrutural de áreas operacionais e controle de instabilidade, especialmente em obras de grande porte e adequações em aterros sanitários.

7.6.10 Pedra Rachão

Descrição técnica:

Agregado graúdo de grandes dimensões, composto por fragmentos irregulares de rocha, com elevada resistência e capacidade de carga.

Finalidade:



Empregada na execução de drenos, reforço de taludes, estabilização de vias e áreas sujeitas a tráfego intenso de máquinas pesadas, execução de acessos provisórios e definitivos. Nos aterros sanitários, é fundamental para ampliação de estruturas, contenção e melhoria das condições operacionais, garantindo segurança e constância operacional dentro dos padrões técnicos exigidos.

7.7 Endereços de entrega dos materiais

- » Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos de Ariquemes: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes.

Endereço: RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.

- » Central de Disposição Final de Resíduos Sólidos de Jaru: Aterro Sanitário – Unidade de Jaru.

Endereço: Lote 11-B, situado na Gleba 52, na Rodovia RO-464 (linha 603, sentido Município de Theobroma), área rural, Município de Jaru/RO.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em critérios técnicos, considerando a natureza contínua das atividades desenvolvidas pelo CISAN CENTRAL/RO, a necessidade de execução de obras de infraestrutura, ampliação e melhorias das estruturas existentes, bem como a manutenção da constância operacional dos aterros sanitários.

8.2 Os quantitativos estimados decorrem da análise combinada dos seguintes fatores técnicos e operacionais.

8.2.1 Histórico de consumo de materiais de construção em intervenções similares já executadas pelo Consórcio, incluindo obras de implantação de novas estruturas, adequações operacionais, manutenção de vias internas, drenagem e cercamentos;

8.2.2 Demandas recorrentes associadas à operação dos aterros sanitários, que exigem intervenções frequentes em sistemas de drenagem superficial e subterrânea, acessos operacionais, plataformas de trabalho e drenos internos das células;



- 8.2.3 Características físicas das áreas de intervenção, tais como extensão das vias internas, áreas de disposição de resíduos, taludes, sistemas de drenagem e áreas de apoio operacional;
- 8.2.4 Variabilidade das frentes de serviço, influenciada por fatores climáticos, necessidade de adequações emergenciais, expansão gradual das estruturas e ajustes decorrentes da dinâmica operacional dos aterros;
- 8.2.5 Planejamento anual de obras e manutenções, alinhado às metas institucionais do CISAN CENTRAL/RO e à disponibilidade orçamentária.
- 8.3 Os quantitativos apresentados resultam da avaliação das frentes de serviço previstas, considerando intervenções e demais adequações necessárias à manutenção da constância operacional e ao atendimento dos padrões técnicos exigidos.

Quadro 1 – Para atendimento das demandas da Unidade de Ariquemes, foram estimadas as seguintes quantidades:

LOTE 01: ARIQUEMES			
Item	Descrição de Item	Unidade	Quant.
1	Areia Lavada Fina	m ³	300
2	Areia Lavada Grossa	m ³	300
3	Areia Lavada Média	m ³	300
4	Pó de Brita	m ³	1.000
5	Base de brita graduada (BGS)**	m ³	300
6	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m ³	500
7	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m ³	500
8	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m ³	500
9	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m ³	1.000
10	Pedra Rachão*	m ³	3.000
(*) Pedra britada numeração comercial			
(**) Composição do BGS para 1m ³ = Brita II (18% - 0,2606m ³) + Brita 1 (36% - 0,5308m ³) + Brita 0 / pedrisco (10% - 0,1470m ³) + Pó de pedra (36% - 0,5283m ³)			
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.			

Quadro 2 – Para atendimento das demandas da Unidade de Jaru, foram estimadas as seguintes quantidades:



LOTE 02: JARU

Item	Descrição de Item	Unidade	Quant.
11	Areia Lavada Fina	m³	200
12	Areia Lavada Grossa	m³	200
13	Areia Lavada Média	m³	200
14	Pó de Brita	m³	500
15	Base de brita graduada (BGS)**	m³	500
16	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	300
17	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	300
18	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	300
19	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	300
20	Pedra Rachão*	m³	1.500
(*) Pedra britada numeração comercial			
(**) Composição do BGS para 1m³ = Brita II (18% - 0,2606m³) + Brita 1 (36% - 0,5308m³) + Brita 0 / pedrisco (10% - 0,1470m³) + Pó de pedra (36% - 0,5283m³)			
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Jaru, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área rural, Município de Jaru/RO.			

8.4 Os quantitativos foram definidos como limites máximos de contratação, sendo o fornecimento condicionado à efetiva necessidade operacional, formalizada por meio de ordens de fornecimento, respeitando o planejamento institucional, a disponibilidade orçamentária e os princípios da economicidade e eficiência administrativa.

8.5 A separação por lotes e unidades operacionais permite maior controle logístico, otimização do fornecimento, redução de custos indiretos e melhor adequação dos materiais às demandas específicas de cada aterro sanitário.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de metodologia técnica de pesquisa de preços, em conformidade com os princípios da economicidade, razoabilidade, planejamento e eficiência administrativa, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2 Para a composição dos custos, procedeu-se ao levantamento de preços junto ao mercado local e regional, por meio de cotações com fornecedores especializados no fornecimento de materiais básicos da construção civil, de modo a assegurar



aderência aos valores efetivamente praticados no mercado e compatibilidade com as condições logísticas e operacionais da região de atuação do CISAN CENTRAL/RO.

9.3 De forma complementar, foi realizada pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1>), com o objetivo de identificar editais, contratos, atas de registro de preços e processos licitatórios vigentes ou recentemente concluídos relacionados ao objeto da contratação, cujos valores servissem como referência para validação da pesquisa de mercado.

9.4 A metodologia adotada para definição do preço estimado considerou a média aritmética dos valores coletados, após análise de consistência, exclusão de preços manifestamente inexequíveis ou discrepantes e verificação da compatibilidade técnica dos materiais cotados. Os valores utilizados como referência foram obtidos a partir de:

- » Cotações formais com empresas fornecedoras dos materiais objeto da contratação;
- » Processos administrativos vigentes, incluindo atas de registro de preços, contratos e documentos correlatos, que subsidiaram a análise comparativa de preços;
- » Dados disponíveis no PNCP, referentes a contratações públicas com objeto e especificações compatíveis.

9.5 **A aplicação dos valores unitários médios aos quantitativos estimados resultou nos seguintes montantes:**

9.5.1 **Lote 01 – Unidade de Ariquemes/RO:**

Valor total estimado: R\$ 1.107.455,00

9.5.2 **Lote 02 – Unidade de Jaru/RO:**

Valor total estimado: R\$ 615.452,00.

9.6 **Dessa forma, o valor global estimado da contratação corresponde a R\$ 1.722.907,00 (Um milhão, setecentos e vinte e dois mil, novecentos e sete reais).**



Quadro 3 – Formação de Preços de Referência para Aquisição (Anexo A).

LOTE 01: ARIQUEMES

Item	Descrição de Item	Unidade	Quant.	Preço Médio Unitário (R\$)	Preço Médio Total (R\$)
1	Areia Lavada Fina	m³	300	R\$ 120,23	R\$ 36.069,00
2	Areia Lavada Grossa	m³	300	R\$ 115,90	R\$ 34.770,00
3	Areia Lavada Média	m³	300	R\$ 119,70	R\$ 35.910,00
4	Pó de Brita	m³	1.000	R\$ 129,71	R\$ 129.710,00
5	Base de brita graduada (BGS)	m³	300	R\$ 152,47	R\$ 45.741,00
6	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	500	R\$ 164,89	R\$ 82.445,00
7	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	500	R\$ 148,17	R\$ 74.085,00
8	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	500	R\$ 152,95	R\$ 76.475,00
9	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	1.000	R\$ 150,20	R\$ 150.200,00
10	Pedra Rachão*	m³	3.000	R\$ 147,35	R\$ 442.050,00
(*) = Pedra britada numeração comercial				Totais (R\$) =	R\$ 1.107.455,00
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.					

LOTE 02: JARU

Item	Descrição de Item	Unidade	Quant.	Preço Médio Unitário (R\$)	Preço Médio Total (R\$)
11	Areia Lavada Fina	m³	200	R\$ 116,16	R\$ 23.232,00
12	Areia Lavada Grossa	m³	200	R\$ 119,15	R\$ 23.830,00
13	Areia Lavada Média	m³	200	R\$ 121,62	R\$ 24.324,00
14	Pó de Brita	m³	500	R\$ 127,01	R\$ 63.505,00
15	Base de brita graduada (BGS)	m³	500	R\$ 154,14	R\$ 77.070,00
17	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	300	R\$ 169,89	R\$ 50.967,00
18	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	300	R\$ 151,13	R\$ 45.339,00
19	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	300	R\$ 150,59	R\$ 45.177,00
20	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	300	R\$ 119,96	R\$ 35.988,00
21	Pedra Rachão*	m³	1.500	R\$ 150,68	R\$ 226.020,00
(*) = Pedra britada numeração comercial				Totais (R\$) =	R\$ 615.452,00
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Jarú, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área rural, Município de Jarú/RO.					
Valor Total (Lote 1 - Ariquemes) =				R\$	1.107.455,00
Valor Total (Lote 2 - Jarú) =				R\$	615.452,00
Valor Global Previsto (R\$) =				R\$	1.722.907,00



- 9.7 A estimativa apresentada assegura a previsibilidade orçamentária necessária à execução das obras de infraestrutura, ampliação e melhorias operacionais das unidades do CISAN CENTRAL/RO, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e a adequada gestão dos recursos públicos.
- 9.8 Ressalta-se que todos os documentos que subsidiaram a estimativa do valor da contratação, incluindo cotações de preços, orçamentos fornecidos por empresas do ramo, atas de registro de preços, contratos vigentes, processos administrativos correlatos e demais documentos utilizados na pesquisa de mercado e na análise de preços, encontram-se devidamente anexados ao processo administrativo, garantindo a rastreabilidade das informações, a transparência dos procedimentos adotados e a possibilidade de verificação pelos órgãos de controle interno e externo.
- 9.9 O processo licitatório deve ser precedido de ampla pesquisa de mercado para fixação do preço máximo, e o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos nos §§ 1º e 2º art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e regulamento, bem como por outras técnicas idôneas de formação de preço de referência. Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexecutáveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo, serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 10.1 Em atendimento ao princípio do parcelamento, optou-se pela divisão do objeto em itens, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação do maior número possível de fornecedores. Tal medida mostra-se adequada, uma vez que os itens não apresentam interdependência técnica ou operacional que inviabilize sua execução por licitantes distintos.
- 10.2 Nos termos do inciso XLI do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto se caracteriza como aquisição de bens comuns, a modalidade de



licitação indicada para a presente contratação é o Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, por se tratar do procedimento mais adequado à natureza do objeto e por promover maior competitividade, transparência e eficiência.

10.3 A adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como solução vantajosa e eficiente para a presente contratação, por possibilitar a otimização dos processos de aquisição de bens pela Administração Pública. Entre os principais benefícios desse sistema, destacam-se:

- I. Economia de tempo e recursos administrativos, uma vez que evita a realização de sucessivos procedimentos licitatórios para aquisições de natureza semelhante, concentrando o processo em uma única licitação;
- II. Agilidade e flexibilidade na contratação, permitindo que a Administração, diante da necessidade, realize as aquisições mediante simples emissão de ordens de fornecimento, sem a necessidade de nova licitação;
- III. Melhor planejamento e controle orçamentário, visto que os preços são previamente registrados, conferindo maior previsibilidade às despesas e facilitando a elaboração e o acompanhamento do orçamento;
- IV. Estímulo à concorrência e potencial redução de custos, na medida em que o registro de preços tende a atrair maior número de fornecedores, favorecendo a disputa e a obtenção de propostas mais vantajosas;
- V. Conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei nº 14.133/2021, assegurando a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência nas contratações públicas.

10.4 Portanto, a contratação será realizada por meio de **Sistema de Registro de Preços – SRP**, adotando-se a modalidade **Pregão**, preferencialmente em sua **forma eletrônica**, com **julgamento Menor Preço por Item**, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no instrumento convocatório. A adoção do SRP justifica-se pela natureza contínua e variável da demanda, pela necessidade de flexibilidade no fornecimento, pela otimização dos procedimentos administrativos e pela possibilidade de obtenção de melhores condições comerciais, em conformidade com a legislação vigente.



10.5 Diante do exposto, a utilização do Sistema de Registro de Preços revela-se adequada e alinhada ao interesse público, contribuindo para uma gestão mais eficiente, planejada e transparente dos recursos públicos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INDEPENDENTES

11.1 Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. A Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, traz no inciso XII do art. 2º, o conceito e alguns exemplos de serviços correlatos ao agenciamento de passagens aéreas - transportes terrestres e aquaviários, aluguel de veículos, hospedagem, seguro de viagem, dentre outros. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação para a plena satisfação da necessidade da Administração.

11.2 Portanto, após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

12. ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1 A demanda está alinhada às atribuições legais e institucionais do CISAN CENTRAL/RO, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), elaborado para o exercício de 2026, contribuindo para o cumprimento dos objetivos estratégicos do Consórcio.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1 A contratação para aquisição de materiais básicos da construção civil proporcionará benefícios técnicos, operacionais, administrativos e econômicos ao CISAN CENTRAL/RO, destacando-se:

- » Garantia da continuidade operacional das obras e intervenções de engenharia, evitando paralisações decorrentes da indisponibilidade de insumos essenciais, especialmente nas unidades de aterros sanitários;



- » Viabilização da implantação de novas estruturas e ampliação da capacidade operacional dos aterros sanitários, contribuindo para a melhoria da eficiência, segurança e funcionalidade das unidades;
- » Padronização e controle de qualidade dos materiais utilizados, assegurando conformidade com normas técnicas aplicáveis e maior durabilidade das estruturas implantadas;
- » Manutenção da constância operacional dentro dos padrões técnicos, ambientais e de segurança, reduzindo riscos de falhas estruturais, retrabalhos e impactos ambientais;
- » Otimização do planejamento e da execução das obras, com maior previsibilidade de fornecimento e melhor organização das frentes de trabalho;
- » Redução de custos operacionais e administrativos, por meio de aquisições planejadas, economia de escala e mitigação de contratações emergenciais;
- » Aumento da eficiência administrativa, com processos de contratação mais céleres, transparentes e alinhados às boas práticas da gestão pública;
- » Fortalecimento da capacidade institucional do CISAN CENTRAL/RO, assegurando condições adequadas para o atendimento contínuo das demandas confiadas;
- » Conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei nº 14.133/2021, promovendo segurança jurídica, transparência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 A contratação para aquisição de materiais básicos da construção civil não gera, por si só, impactos ambientais diretos significativos, uma vez que se trata do fornecimento de insumos amplamente utilizados em obras de engenharia. Contudo, o uso desses materiais nas atividades de implantação, ampliação e melhoria operacional das estruturas poderá acarretar impactos ambientais potenciais, os quais devem ser adequadamente gerenciados, conforme descrito a seguir:

- » Geração de poeira e material particulado, especialmente durante as etapas de transporte, descarga, manuseio e aplicação dos agregados minerais, podendo afetar temporariamente a qualidade do ar nas áreas operacionais dos aterros;



- » Ruídos e vibrações associados à movimentação de veículos, máquinas e equipamentos empregados no descarregamento e na execução das obras;
- » Alterações temporárias na drenagem superficial, decorrentes da execução de camadas de base, sub-base e regularização de terrenos, exigindo planejamento adequado para evitar erosões e acúmulo de águas pluviais;
- » Risco de contaminação pontual do solo, caso ocorra manejo inadequado dos materiais, derramamento de óleos ou resíduos provenientes de equipamentos utilizados nas frentes de obra;
- » Consumo de recursos naturais, considerando que os materiais são oriundos de processos de extração mineral, os quais demandam controle ambiental e licenciamento específico por parte dos fornecedores;
- » Geração de resíduos de construção civil, provenientes de sobras de materiais, embalagens e serviços complementares, os quais deverão ser destinados de forma ambientalmente adequada.

14.2 Ressalta-se que tais impactos são localizados, temporários e controláveis, podendo ser mitigados por meio do atendimento às normas técnicas, à legislação ambiental vigente e à adoção de boas práticas operacionais durante o transporte, armazenamento e utilização dos materiais.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1 A Diretoria Técnica Operacional deste CISAN Central de Rondônia, após realizar o Estudo Técnico Preliminar, declara **VIÁVEL** esta contratação, nos termos acima expostos. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, justificando-se em termos de disponibilidade de mercado, consoante com as legislações em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação/aquisição.

16. RESPONSÁVEIS

- » Walleson Higor Corrêa Jordão – Superintendente do CISAN Central/RO.
- » Natalia Terezinha Oliveira – Diretora Técnica Operacional.



Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Ariquemes-RO, 07 de abril de 2026.

Elaborado por:

Natalia Terezinha Oliveira
Diretora Técnica Operacional
Decreto nº025/2023/CISAN CENTRAL-RO

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	Retificado	07/04/2026

ID: 69530	Processo	Documento
CRC: D37A6AEF		
Processo: 1-192/2026		
Usuário: THAIS ROCHA DE SOUZA		
Criação: 07/04/2026 10:36:47	Finalização: 07/04/2026 10:46:57	

MD5: **C8D71456D370E222A81CCA26C999876B**SHA256: **0C028AAC1BE2489B7B422CB1AA2CA6087FE88C550A16A0434890D84C596EDC80**

Súmula/Objeto:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR RETIFICADO, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BÁSICOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA CISAN CENTRAL/RO).


INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	07/04/2026 10:36:47
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	07/04/2026 10:36:47
--------------------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA	NATALIA TEREZINHA OLIVEIRA	Diretora Técnica Operacional	07/04/2026 15:05:48
---	----------------------------	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 69530 e o CRC D37A6AEF.

CONTRATO Nº ____ / ____

**“CONTRATO CELEBRADO ENTRE O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE
RONDÔNIA E A _____”**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN CENTRAL / RO, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32, com sede nesse Município de Ariquemes/RO, sito à Rua Canindé, nº 3622, Bairro Institucional, CEP: 76872-872, **denominado de “CONTRATANTE”, neste ato sendo representado pelo Presidente GILLIARD DOS SANTOS GOMES**, brasileiro, casado, portador da RG nº *92.6** SSP/RO, devidamente inscrito no CPF sob o nº ***.740.002-**, podendo ser encontrado no endereço indicado acima **e de outro lado a _____**, Pessoa Jurídica de Direito____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede comercial no Município de _____, sito à _____, nº _____, Bairro _____, CEP: _____, **denominada de “CONTRATADA”, neste ato sendo representada por _____**, _____, _____, _____, portador da RG nº _____ SSP/____, devidamente inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado no Município de _____, celebram o presente instrumento contratual regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações, conforme as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente objeto tem por finalidade aquisição de materiais básicos da construção civil, visando a execução de obras no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO) por 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O detalhamento e a especificação do objeto consta nos quadros abaixo:

ITENS 1 ao 10 - UNIDADE DE ARIQUEMES/RO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Areia Lavada Fina	m³	300	R\$	R\$
2	Areia Lavada Grossa	m³	300	R\$	R\$
3	Areia Lavada Média	m³	300	R\$	R\$
4	Pó de Brita	m³	1.000	R\$	R\$
5	Base de Brita Graduada (BGS)	m³	300	R\$	R\$
6	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	500	R\$	R\$
7	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	500	R\$	R\$



8	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	500	R\$	R\$
9	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	1.000	R\$	R\$
10	Pedra Rachão*	m³	3.000	R\$	R\$
(*) = Pedra britada numeração comercial					Total R\$=
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.					

ITENS 11 ao 20 – UNIDADE DE JARU/RO

11	Areia Lavada Fina	m³	200	R\$	R\$
12	Areia Lavada Grossa	m³	200	R\$	R\$
13	Areia Lavada Média	m³	200	R\$	R\$
14	Pó de Brita	m³	500	R\$	R\$
15	Base de Brita Graduada (BGS)	m³	500	R\$	R\$
16	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	300	R\$	R\$
17	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	300	R\$	R\$
18	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	300	R\$	R\$
19	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	300	R\$	R\$
20	Pedra Rachão*	m³	1.500	R\$	R\$
(*) = Pedra britada numeração comercial					Total R\$=
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Jaru, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área rural, Município de Jaru/RO.					

Valor Total (Unidade Ariquemes) = R\$=

Valor Total (Unidade Jaru) = R\$=

Valor Total da Contratação (R\$) = R\$=

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fazem parte integrante desse contrato o termo de referência, o edital de licitação e seus anexos e a proposta apresentada pela CONTRATADA, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – O valor total da contratação (objeto do contrato) é de R\$ _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL – O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA - Os objetos do contrato serão entregues nos endereços abaixo:

I – Itens 1 ao 10 deverão ser entregue no seguinte endereço: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min.

II – Itens 11 ao 20 deverão ser entregue no seguinte endereço:

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional CEP:
76.872-872



Unidade de Jarú, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área rural, Município de Jarú/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo para entrega dos objetos será de no máximo 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento pela Administração, conforme disposto no artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021. Eventual prorrogação desse prazo deve ser justificada por escrito e aprovada pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de ocorrência de motivo de força maior (devidamente comprovado), que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega dos objetos, a CONTRATADA deve comunicar por escrito o CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data de início do cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL - O regime de execução contratual é de forma indireta, conforme especificado na cláusula primeira desse contrato e no termo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deve ser cumprido fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da legislação pertinente e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotada a circunstância mediante simples apostila.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser realizada por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO QUARTO - O CONTRATANTE pode convocar o representante legal da CONTRATADA para adoção de providência que deve ser cumprida de imediato.

PARÁGRAFO QUINTO - A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

CLÁUSULA SEXTA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – O objeto do contrato fornecido pela CONTRATADA deve ser de primeira qualidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o objeto apresente característica fora da qualidade exigida ou da especificação prevista, a CONTRATADA deve substituir o objeto pelo que atenda a especificação prevista no termo de referência e no contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto do contrato deve estar de acordo com a exigência do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante ao vício de qualidade ou quantidade que o torne impróprio ou inadequado ao uso a que se destina ou lhe diminua o valor econômico.



PARÁGRAFO TERCEIRO – O termo de referência e o estudo técnico preliminar fazem partes integrantes desse contrato, independentemente de suas transcrições.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA se obriga a fornecer o objeto do contrato em conformidade com a especificação descrita no termo de referência, no contrato e vinculada a sua proposta apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com a referida especificação.

PARÁGRAFO QUINTO - O CONTRATANTE se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, o produto que não atender ao que ficou estabelecido no termo de referência e no contrato e que não esteja adequado para o uso.

PARÁGRAFO SEXTO - Toda a despesa relativa a entrega do produto, tais como, frete e/ou transporte, alimentação, carga, descarga, substituição, acréscimo e hospedagem, correrá à custa exclusivamente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O objeto deve ser fornecido mediante nota fiscal eletrônica, acompanhado da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO – Todos os meios de comunicação tais como e-mail, telefones, WhatsApp, deverão permanecer devidamente atualizados durante toda a vigência contratual, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada informar à Administração quaisquer atualizações.

PARÁGRAFO NONO - O fornecimento do objeto será de forma parcelada ou conforme demanda, de acordo com as necessidades do órgão.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O fornecimento será através de solicitação/pedido enviado, pela Gestão Contratual, discriminando o quantitativo da necessidade do Departamento solicitante.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A qualidade do produto é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Em caso de indisponibilidade do veículo ou do motorista, bem como de falha grave ou intercorrência que comprometa a entrega do objeto, a Contratada deverá adotar as providências necessárias para assegurar que a indisponibilidade de veículo para a entrega dos objetos não traga prejuízo à Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES CONTRATUAIS – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que o CONTRATANTE a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira determinar no valor inicial atualizado do objeto do contrato, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento).



PARÁGRAFO ÚNICO - Fica facultado a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO -

Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

PARÁGRAFO QUARTO - A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

PARÁGRAFO SEXTO - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da
Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional CEP:
76.872-872



ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras e/ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

PARÁGRAFO NONO - Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Liberado o fornecedor na forma do parágrafo décimo, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras e/ou dos serviços, pelo preço atualizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DE VALORES CONTRATUAIS - Os preços serão fixos e irredutíveis durante o período de 01 (um) ano, contados a partir da data da assinatura do contrato.



PARÁGRAFO ÚNICO - Após o interregno de 01 (um) ano e a pedido da CONTRATADA os preços iniciais poderão ser reajustados pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE ou outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO – Será admitida a subcontratação parcial do objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de a empresa contratada optar pela subcontratação parcial do fornecimento dos materiais (subfornecimento), esta permanecerá integralmente responsável pela qualidade, conformidade técnica, regularidade e pontualidade dos materiais entregues, não sendo admitida qualquer transferência de responsabilidades ao CISAN CENTRAL/RO.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será admitida subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do objeto, mediante autorização prévia e expressa do CISAN CENTRAL/RO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os materiais fornecidos por terceiros deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, quantitativos, normas e critérios estabelecidos neste processo de contratação, no Termo de Referência e em seus anexos, não sendo aceita qualquer flexibilização ou alteração sem prévia e expressa autorização da Administração.

PARÁGRAFO QUARTO - Eventuais custos adicionais decorrentes da subcontratação, incluindo logística, transporte, carregamento, descarregamento, controle tecnológico, substituições ou correções de materiais fora de especificação, não poderão, em hipótese alguma, ser repassados à contratante, devendo ser integralmente absorvidos pela empresa contratada.

PARÁGRAFO QUINTO - A utilização de terceiros não poderá causar prejuízo ao cronograma, à constância operacional, à execução das entregas ou ao regular andamento do processo administrativo e contratual, sendo obrigação da contratada adotar todas as medidas necessárias para evitar atrasos, fornecimento inadequado ou qualquer situação que comprometa a eficiência, a segurança e a conformidade técnica das atividades desenvolvidas.

PARÁGRAFO SEXTO - A subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - É vedada a subcontratação da totalidade do objeto ou da parcela considerada principal da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO - A condição de pagamento obedecerá à ordem cronológica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para realização do pagamento além da efetiva comprovação da entrega do objeto do contrato, faz necessário apresentar prova de regularidade fiscal e trabalhista vigente para o período de recebimento, análise e pagamento, composta por no mínimo os seguintes documentos:



I - Certificado de Regularidade do FGTS.

II - Certidão de Regularidade Débitos Federais (Dívida Ativa da União e Receita Federal).

III – Certidão Negativa da Fazenda Estadual.

IV - Certidão Negativa de Tributo Mobiliário Municipal.

V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

VI - Certidão de falência e ou concordata.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O documento de regularidade fiscal e trabalhista constitui condição indispensável para o efetivo pagamento da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o CONTRATANTE deve realizar consulta ao SICAF para:

I - Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame.

II - Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

PARÁGRAFO QUARTO - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deve comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PARÁGRAFO SEXTO - Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deve adotar as medidas necessárias à rescisão contratual no processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

PARÁGRAFO OITAVO - Deve ser apresentada no Departamento Administrativo do CONTRATANTE a nota fiscal/fatura emitida em 02 (duas) vias em favor de:



Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN
CENTRAL / RO - CNPJ: 10.914.290/0001-32.

No corpo da nota fiscal deve conter:

- a descrição do material e/ou serviço.
- Identificação do processo, empenho e número de convênio ou termo de compromisso, quando informado na nota empenho.
- Número da conta bancária da CONTRATADA para depósito do pagamento.
- A data da emissão.
- O valor a pagar.
- Eventual destaque do valor de retenção tributária cabível.

PARÁGRAFO NONO - Fica o CONTRATANTE autorizado a comunicar aos Órgãos Credores acerca da existência de crédito em nome da CONTRATADA, a fim de possibilitar medida judicial de bloqueio ou sequestro do numerário disponível.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A liquidação e o processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pela Comissão do CONTRATANTE, deduzindo a glosa e a sanção aplicada que porventura tenha sido verificada, será efetuado pelo Departamento Financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Na hipótese da nota fiscal/fatura apresentar erro ou dúvida quanto à exatidão ou documentação, o CONTRATANTE pode pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar para cobrança a parte controvertida com a devida justificativa, nesse caso o CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar a partir do recebimento e análise da despesa pelo Controle Interno para proceder ao pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, a CONTRATADA será notificada para no prazo de 03 (três) dias corridos sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Na hipótese de devolução da nota fiscal, a mesma será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O pagamento não será efetuado enquanto houver pendente a liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência do contrato, sem que isso gere direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal o CONTRATANTE, a seu critério, pode devolvê-la para a devida correção ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional CEP:
76.872-872



PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O CONTRATANTE efetuará retenção na fonte do tributo e contribuição sobre o pagamento a CONTRATADA, conforme o caso e exigência legal aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O pagamento da nota fiscal atestada pela Comissão do CONTRATANTE se dará através de emissão de ordem bancária, na conta bancária indicada pela CONTRATADA, obedecendo a ordem cronológica.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada nas obrigações contratuais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será calculado à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/ 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM

= Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP

= Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO – É vedada a antecipação de pagamento do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO DE CRÉDITO – É vedada a cessão de crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL - Não haverá exigência de garantia contratual da execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- Recurso necessário para aquisição do objeto está assegurado no orçamento financeiro de 2026 na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia CISAN - RO.

Unidade Orçamentária: 17.512.0101.2101.0000 – Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário – Operacional.

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.



Centro de Custo: Unidade Operacional de Ariquemes e Jaru.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FISCAL DO CONTRATO E DO GESTOR DO CONTRATO - A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

I - Gestor de Contrato será nomeado por Portaria.

II - Fiscal do Contrato será nomeado por Portaria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

PARÁGRAFO NONO - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do CONTRATANTE.



PARÁGRAFO DÉCIMO - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal de contrato, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos e as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O gestor do contrato elaborará relatório final, com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO: Em conformidade com o artigo 140 da Lei Federal Nº. 14.133/2021 o objeto da presente licitação será recebido:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Provisoriamente: de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contidas neste Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias contínuos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Definitivamente: que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelo recebimento do objeto em conformidade com o Termo de Referência, nem a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

PARÁGRAFO QUINTO – Quando necessário, e desde que previsto nas especificações técnicas, poderão ser realizados ensaios, testes ou verificações para aferição da conformidade dos materiais fornecidos com as normas técnicas aplicáveis,



correndo os respectivos custos por conta da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES - As
obrigações das partes são:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DO CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e o termo de referência.

II - Receber o objeto do contrato no prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência e no contrato.

III - Notificar a CONTRATADA por escrito sobre vício, defeito ou incorreção verificada no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

V - Comunicar a CONTRATADA para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme prevê o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

VI - Exercer a fiscalização da execução do contrato por Empregado Público especialmente designado como Fiscal de Contrato, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

VII - Providenciar o empenho e posterior pagamento da nota fiscal e/ou fatura em até 30 (trinta) dias da data seguinte ao seu recebimento.

VIII - Aplicar a penalidade prevista no presente instrumento, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir o contrato, mantida a situação normal de disponibilidade e volume de solicitação, arcando a referida empresa com qualquer prejuízo que tal ato acarretar ao CONTRATANTE.

IX - Prestar à CONTRATADA a informação e dado por ela solicitado, desde que disponível e do conhecimento do CONTRATANTE, completando-o com cópia de análise, correspondência, instrução e documento, quando pertinente ao assunto do objeto do contrato.

X - O CONTRATANTE não responderá por qualquer compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados ou subordinados.

XI - Proporcionar a condição para que a CONTRATADA possa



cumprir sua obrigação dentro da norma e condição estabelecida no termo de referência e no contrato.

XII - Rejeitar no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a obrigação assumida pela CONTRATADA.

XIII - Indicar o Fiscal do Contrato para acompanhar, fiscalizar, bem como para atestar o recebimento do objeto do contrato.

XIV - Providenciar o pagamento devido à CONTRATADA no prazo acordado e de acordo com a nota fiscal/fatura emitida e atestada o recebimento do objeto do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA CONTRATADA:

I - A CONTRATADA deve cumprir as obrigações constantes no termo de referência, em seus anexos e no contrato, assumindo como exclusivamente seu os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

II - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a CONTRATADA deve entregar ao Fiscal de Contrato a nota fiscal juntamente com os documentos necessários para o pagamento, que estão previstos no contrato.

III - Responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

IV - Arcar com as despesas do fornecimento do objeto, inclusive com as despesas de frete, transporte ou transportadora, impostos, taxas, emolumentos e etc.

V - A CONTRATADA se obriga a informar, para fins de recebimento, citação, intimação, ordem de fornecimento e outras comunicações oficiais para o Departamento Administrativo do CONTRATANTE, documento de identificação do responsável e ou preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico), número de telefone móvel e fixo para contato.

VI - Paralisar, por determinação do CONTRATANTE qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

VII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do contrato.

VIII - Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual e Municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

IX - Orientar e treinar seus empregados quanto aos deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados a que tenha acesso por força da execução do contrato.



X - Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução do contrato, eximindo o CONTRATANTE da consequência de qualquer utilização indevida.

XI – Indicar na nota fiscal emitida o efetivo período de entrega do produto (objeto do contrato) do mês que está sendo faturado.

XII - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da CONTRATADA ou de quaisquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se, consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidos por força de lei.

XIII – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

XIV - Realizar a troca do objeto/produto em caso de incorreção ou defeito, caso necessite, o produto trocado deve ter sua qualidade igual ou superior ao especificado, mantendo o valor da contratação sem cobrança de valor adicional além do que consta no termo de referência e no contrato.

XV – A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o prazo estipulado para início, e conclusão do fornecimento do objeto.

XVI - Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência da presente contratação, para adoção das medidas cabíveis.

XVII - Fornecer objeto/produto de primeira qualidade, de acordo com as especificações prevista no termo de referência, de sua proposta e no contrato.

XVIII – A CONTRATADA se compromete em manter o CONTRATANTE informado acerca do canal de comunicação atualizado, incluindo e-mail, telefone e WhatsApp.

XIX - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, informando além do suporte permanente um nome e número de telefone com atendimento personalizado.

XX – Manter durante a vigência do contrato suas condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À

LGPD:

I - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de



2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

IX - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

XI - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

XII - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade



competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

XIII - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

– Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato.

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo.

III - Dar causa à inexecução total do contrato.

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão eletrônico ou a execução do contrato.

IX - Fraudar o processo de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

XII - Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações discriminadas na **cláusula décima nona e seus incisos** ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional CEP:
76.872-872



I – Advertência, quando ocorrer a infringência do inciso I da cláusula décima oitava do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II – Multa no quantum de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, em caso de recusa da CONTRATADA em assinar o contrato e ou infringência dos incisos II à XII da cláusula décima oitava do contrato.

III – Multa no quantum de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a CONTRATADA retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- a)** Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório.
- b)** Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente.
- c)** Tumultuar a sessão pública da licitação.
- d)** Descumprir requisitos de habilitação na licitação, a despeito da declaração em sentido contrário.
- e)** Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação.
- f)** Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- g)** Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório.
- h)** Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato.
- i)** Permanecer inadimplente após aplicação de advertência e/ou da multa moratória referida no artigo 147 do Decreto nº 08/2024/CISAN CENTRAL/RO.
- j)** Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa.
- k)** Deixar de complementar o valor da garantia recolhida (quando necessário) após solicitação da autoridade competente.
- l)** Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

IV O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do contrato, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivada.



V - O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa e ou rescisão contratual, será contado em dias contínuos, a partir do 1º dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.

VI - Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da CONTRATADA se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

VII - Caracteriza-se como inadimplemento parcial quando do atraso injustificado para substituição de algum objeto quando adjudicado e ou contratado por item.

VIII - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública e indireta no Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infringência aos incisos II a VII da cláusula décima oitava do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

IX - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta dos Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infringência aos incisos VIII à XII da cláusula décima oitava do contrato, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

X - A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual e ou extinção contratual.

XI - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

XII - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

XIII - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

XIV - A aplicação das sanções previstas no contrato, em hipótese alguma isenta a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.



XV - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

XVI - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

XVII - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

XVIII - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido pela CONTRATADA, com ou sem a participação de agente público.

XIX - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784/1999.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA INSCRIÇÃO DAS PENALIDADES NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – A Comissão Processante do CONTRATANTE, devidamente instituída por Decreto, promoverá a inscrição das penalidades que ensejaram a suspensão, impedimento e inidoneidade da CONTRATADA no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado ao CONTRATANTE o livre acesso ao CEIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL – O CONTRATANTE pode rescindir unilateralmente o contrato com a CONTRATADA penalizada com as sanções administrativas, evitando com isso danos irreparáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa exclusiva da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA que der causa a extinção do contrato ficará constituída em mora e ser-lhe-á aplicável a respectiva sanção administrativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATANTE pode optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

I - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

II - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o inciso I ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO – Em caso de extinção do contrato, aplicam-se também o artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA - Aplica-se, no que couber o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto ao objeto do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de vício ou de qualquer outra irregularidade constatada, o CONTRATANTE fornecerá a CONTRATADA relatório concernente a essa ocorrência, expondo seu motivo, a fim de que a mesma seja corrigida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deve garantir a qualidade e eficiência do objeto do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO – Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do contrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, no Portal de Transparência do CONTRATANTE e no Portal Nacional



de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do contrato, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Ariquemes/RO, ____/____/____.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE
RONDÔNIA – CISAN CENTRAL / RO
CONTRATANTE GILLIARD
DOS SANTOS GOMES
PRESIDENTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS



**NOME –
RG – CPF
–**

**NOME –
RG - CPF
–**



FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Contrato	Retificado conforme análise jurídica.	06/05/2026

ID: 71607	Processo	Documento
CRC: EA6F45B4		
Processo: 1-192/2026		
Usuário: THAIS ROCHA DE SOUZA		
Criação: 06/05/2026 08:46:00	Finalização: 06/05/2026 08:46:03	

MD5: **E3D95834945F7B355DD6D9D1F2163562**SHA256: **C221C87AB914E37091C76D9CD1D86DBD9184B7655B989CAD3D3E662EBC1CBFA5**

Súmula/Objeto:

Retificado conforme análise jurídica.**INTERESSADOS**

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	06/05/2026 08:46:00
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	06/05/2026 08:46:00
--------------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 71607 e o CRC EA6F45B4.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

CNPJ Nº. 10.914.290/0001-32

PROCESSO N.º 192/2026/CISAN Central/RO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 00/2026

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e seis, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32 com sede na Rua Canindé, n.º 3622, Setor Institucional, nesta cidade de Ariquemes/RO e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2026/CISAN**, em virtude de deliberação do Pregoeiro Sr. Jonhison José Andrade, designado Portaria Nº 046/2026/CISAN Central/RO, de 04 de maio de 2026 e da homologação do procedimento pelo Presidente do CISAN Central/RO Gilliard dos Santos Gomes, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Anexo I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observadas as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ata é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais básicos da construção civil, visando a execução de obras no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN CENTRAL/RO) por 12 (doze) meses.

Licitante: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Município: _____ Estado: _____ CEP: _____

Fone/Fax: _____ E-mail: _____



Nome do (a) Representante: _____, inscrito no
Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº.
_____, RG sob o nº _____/_____.

1.2. PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Areia Lavada Fina	m³	300	R\$	R\$
2	Areia Lavada Grossa	m³	300	R\$	R\$
3	Areia Lavada Média	m³	300	R\$	R\$
4	Pó de Brita	m³	1.000	R\$	R\$
5	Base de Brita Graduada (BGS)	m³	300	R\$	R\$
6	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	500	R\$	R\$
7	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	500	R\$	R\$
8	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	500	R\$	R\$
9	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	1.000	R\$	R\$
10	Pedra Rachão*	m³	3.000	R\$	R\$
(*) = Pedra britada numeração comercial					Total R\$=
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.					

ITENS 11 ao 20 – UNIDADE DE JARU/RO

11	Areia Lavada Fina	m³	200	R\$	R\$
12	Areia Lavada Grossa	m³	200	R\$	R\$
13	Areia Lavada Média	m³	200	R\$	R\$
14	Pó de Brita	m³	500	R\$	R\$
15	Base de Brita Graduada (BGS)	m³	500	R\$	R\$
16	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	300	R\$	R\$
17	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	300	R\$	R\$
18	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	300	R\$	R\$
19	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	300	R\$	R\$
20	Pedra Rachão*	m³	1.500	R\$	R\$
(*) = Pedra britada numeração comercial					Total R\$=
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Jaru, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área rural, Município de Jaru/RO.					

Valor Total (Unidade Ariquemes) = R\$=

Valor Total (Unidade Jaru) = R\$=

Valor Total da Contratação (R\$) = R\$=



2. CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da Ata no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, havendo a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

3. CLÁUSULA III - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO).

3.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP, a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente.

3.3. A alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. CLÁUSULA IV DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

4.1. Condições de Entrega

4.1.1. A entrega dos itens dispostos na planilha 1.2 deverá ser recebido Gerente de Registro de Preços, junto a nota de empenho/fiscal/eletrônica e entregue nos endereços abaixo:

4.1.2. A contratada deverá entregar os itens 1 a 10 no seguinte endereço: **Aterro Sanitário – Unidade de Ariquemes**, localizado na Rodovia RO-257, Linha C-60, Lote 13-B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.

4.1.3. A contratada deverá entregar os itens 11 a 20 no seguinte endereço: **Aterro Sanitário – Unidade de Jarú**, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área Rural, Município de Jarú/RO.

4.1.4. O prazo para entrega dos objetos será de no máximo **15 (quinze) dias** corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento ou envio da nota de empenho conforme disposto no artigo 92 da Lei nº 14.133/2021. Eventuais prorrogações deste prazo deverão ser justificadas por escrito e aprovadas pela Administração contratante.

4.1.5. Eventual impossibilidade de início da entrega deverá ser comunicada formalmente pela contratada à Administração, dentro deste prazo, devidamente justificada, para fins de análise, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.



4.1.6. No caso de ocorrências de motivo de força maior **(devidamente comprovada)**, que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito ao CISAN Central/RO, no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data de início do fornecimento contratados.

4.1.7. Ocorrendo recusa ou atraso na entrega total ou parcial dos materiais, o responsável pela fiscalização do contrato se obriga a produzir relatório e o encaminhará ao ordenador de despesas para instauração de procedimento administrativo, para fins de penalização da contratada. Não cerceando, contudo, o direito de defesa.

4.1.8. Os objetos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições, conforme disposto no item 2.1 do termo de referência, não sendo permitido ao Fiscal, receber os objetos fora das especificações pré-definidas, salvo por motivo superveniente, devidamente justificado e aceito.

4.1.9. Só serão reconhecidas a entrega como realizada, se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota fiscal ficará esperando regularização, e a data de entrega será a data do fechamento do empenho, com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

4.2. Condições de Recebimento:

4.2.1. São de inteira responsabilidade do Gerente de Registro de Preços do Consórcio CISAN CENTRAL/RO, os procedimentos de recebimento do objeto, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades, fiscalizar, avaliar, receber e controlar a distribuição dos objetos desta Ata.

4.2.2. Em conformidade com o artigo 140 da Lei Federal Nº. 14.133/2021 o objeto da presente licitação será recebido:

4.2.3. Provisoriamente: de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contidas no Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias contínuos.

4.2.4. Definitivamente: que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado.

4.2.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelo recebimento dos objetos em conformidade com este Termo de Referência, nem a



responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.2.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.2.7. Quando necessário, e desde que previsto nas especificações técnicas, poderão ser realizados ensaios, testes ou verificações para aferição da conformidade dos materiais fornecidos com as normas técnicas aplicáveis, correndo os respectivos custos por conta da contratada.

4.2.8. A empresa vencedora obriga-se a fornecer os objetos em conformidade com as especificações descritas no item 2.1 do Termo de Referência e vinculadas à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não estejam em conformidade com as referidas especificações.

4.2.9. A Administração se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, os objetos que não atenderem ao que ficou estabelecido no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

4.2.10 O Fiscal, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetos entregues, conforme especificações técnicas discriminadas no Termo de Referência.

4.2.11 As despesas de frete, deverão estar inclusas no preço proposto e em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão da Nota Fiscal/fatura.

4.2.12 O fiscal deverá comunicar e notificar por escrito e de forma tempestiva, a Contratada qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos materiais e ou nota fiscal.

4.2.13. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;

4.2.14. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Art. 119º, lei 14.133/2021).



4.2.15. Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

4.2.16. No caso de recebimento de materiais/equipamentos o Consórcio CISAN CENTRAL/RO, se necessário, **pode e deve optar por um especialista capacitado na área proponente, para atestar sua perfeita execução.**

4.2.17. Caso se verifique que não se mostra possível à adequação do objeto, ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

4.2.18. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

4.2.19. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

4.2.20. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do fornecimento dos materiais, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

4.2.21. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

4.2.22. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

4.2.23. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.2.24. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



4.3. Local de Utilização:

4.3.1. Os objetos serão entregues conforme estabelecido no item 2.1 e no item 15 do Termo de Referência.

5. CLÁUSULA V - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A fiscalização pelo recebimento dos materiais ficará a cargo do Fiscal de Contrato e o Controle de Material de Consumo ficará a cargo do Gerente de Registro de Preços, instituída por este Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia, a qual deverá verificar, todas as especificações técnicas e obrigações mencionadas no Termo de Referência, que será em conformidade com a Nota de Empenho.

5.2. O Gerente de Registro de Preços será designado pelo CISAN Central/RO no momento oportuno, conforme a legislação vigente e as necessidades da execução contratual, assegurando o devido acompanhamento e fiscalização.

6. CLÁUSULA VI - DO PREÇO

6.1. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

6.3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

7. CLÁUSULA VII - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. As condições de pagamento observarão, no que couberem, os critérios para pagamento regidos pelo art.138º da Lei n. 14.133/21, obedecendo à ordem cronológica para pagamento.

7.2. Deverão ser apresentadas de imediato, logo após o recebimento definitivo da Comissão de Recebimento, do Consórcio CISAN CENTRAL/RO, as Notas Fiscais/Fatura Eletrônica DANFE, emitidas em 02 (duas) vias, devendo conter no corpo destas, a descrição do objeto, o número do processo, contrato e/ou nota de empenho e o número da Conta Bancária da Contratada, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da apresentação, devidamente autorizado pelo órgão fiscalizador do Consórcio CISAN CENTRAL/RO.



7.3. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas, apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura Contratada de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas (nestes casos a Contratante, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento e análise da despesa pelos órgãos controladores e setor de pagamento).

7.4. Se durante a liquidação, for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de 03 (três) dias corridos, sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa, e será excluída da ordem cronológica.

7.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Para realização do pagamento, além da efetiva comprovação da entrega do quantitativo de materiais faturado, faz necessário, apresentar prova de regularidade fiscal e trabalhista, vigentes para o período de recebimento, análise e pagamento dos materiais adquiridos, composta por no mínimo os seguintes documentos:

- Certificado de Regularidade do FGTS.
- Certidão de Regularidade Débitos Federais (Dívida Ativa da União e Receita Federal).
- Certidão Negativa da Fazenda Estadual.
- Certidão Negativa de Tributos Mobiliários Municipais.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- Certidão de falência e ou concordata.

7.7. Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, constituem condição indispensável para o efetivo pagamento da despesa, sendo igualmente aceitas certidões negativas e positivas com efeitos de negativa, em caso de pendência, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO), está autorizado a comunicar aos órgãos credores acerca da existência de débitos em nome do fornecedor, a fim de possibilitar medidas judiciais de bloqueio ou sequestro do numerário disponível.

7.8. A liquidação e processamento da despesa, correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pelo Gerente de Registro de Preços, do Consórcio CISAN CENTRAL/RO e ou demais fiscais quando necessário, deduzindo as glosas e sanções



aplicadas que porventura tenham sido verificadas, serão efetuados pelo Departamento Financeiro, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da documentação, quando encaminhará os documentos para análise do CISAN Central/RO, a qual deverá efetuar a análise e emitir parecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento, devolvendo os autos para fins de inclusão na ordem cronológica de pagamento caso não haja apontamentos do Controle; ou regularização e posterior inclusão para pagamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do retorno dos autos, no caso de apontamentos do órgão de controle.

7.9. Os pagamentos referentes aos itens adquiridos, através deste processo administrativo, não serão efetuados, enquanto houver pendente a liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência do contrato, sem que isso gere direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária, salvo parcelas incontroversas.

7.10. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$$

7.11. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado, para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

7.12. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.



7.13. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.14. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.15. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada, conforme o caso e exigências legais aplicáveis.

7.16 Os prazos para liquidação e pagamento serão de até 30 (trinta) dias, a contar do ateste definitivo da Comissão de Recebimento, de acordo com o art. 139 da Lei nº 14.133/21.

7.17. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

7.18. A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

7.19. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

7.20. A Contratante não se responsabilizará, por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada nas obrigações da contratada.

7.20.1. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento, a data da emissão da respectiva ordem bancária.

7.20.2. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária-OB, e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada

7.21. Do Faturamento

7.21.1. Deverão ser apresentadas no setor de Almoxarifado do setor administrativo, as Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 02 (duas) vias, em favor de:

Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL.



CNPJ: 10.914.290/0001-32

Endereço: Rua Canindé, n.º 3622 – Setor Institucional, Ariquemes/RO, CEP, 76872872.

7.21.1.1. No corpo da nota deverá conter:

- A descrição do material;
- Identificação do processo, empenho e número de convênio ou termo de compromisso, quando informado na nota empenho;
- Número da Conta Bancária da empresa, para depósito do pagamento.

7.21.2. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como: as despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste processo.

8. CLÁUSULA VIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A dotação orçamentária para a aquisição dos objetos por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Gerência do Sistema de Registro de Preços;

8.2. As respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos, consignados no orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL, que tem como projeto atividade e Elemento de Despesa a seguir especificados:

Órgão: Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia
CISAN - RO.

Unidade Orçamentária: 17.512.0101.2101.0000 – Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário – Operacional.

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

Centro de Custo: Unidade Operacional de Ariquemes e Jaru.

9. CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e comprovado), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie prescritas pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

9.2. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer das infrações previstas no art. 155 da Lei Nº 14.133/21, quais sejam:



- 9.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- 9.2.2. Dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 9.2.3. Dar causa a inexecução total do contrato.
- 9.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida pelo certame.
- 9.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente justificado.
- 9.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 9.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 9.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou a execução do contrato
- 9.2.9. Fraudar pregão eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 9.2.10. Comportar-se de modo inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto a participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 9.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº12.846, de 1 de agosto de 2013.
- 9.2.13. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação em caso de recusa da licitante ou futura contratada em assinar o contrato, e ou qualquer das infrações dos subitens 9.2.2 ao 9.2.12;
- 9.2.14 Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a licitante ou futura contratada retardar injustificadamente o procedimento de contratação, ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
- a) Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente;
 - b) Tumultuar a sessão pública da licitação;



- c) Descumprir requisitos de habilitação na licitação, a despeito da declaração em sentido contrário;
- d) Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- e) Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, nos termos da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;
- g) Permanecer inadimplente após aplicação de advertência e/ou da multa moratória referida no artigo 147 do Decreto nº 08/2024/CISAN CENTRAL/RO;
- h) Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- i) Deixar de complementar o valor da garantia recolhida (quando necessário) após solicitação da autoridade competente;
- j) Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

9.2.15 O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do contrato, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas.

- a) O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa e ou rescisão contratual, será contado em dia contínuos, a partir do 1º dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.
- b) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante;
- c) Caracteriza-se como inadimplemento parcial quando do atraso injustificado para substituição de algum objeto quando adjudicado e ou contratado por item.
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.2.2 a 9.2.7 do Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos



casos dos subitens 9.2.8 a 9.2.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

f) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

9.2.16. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.2.16.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.2.16.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.2.16.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.2.16.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.2.16.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.2.18 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, isenta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2.19 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.2.20 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.2.21 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.2.22 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à



Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.2.23 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10. CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

10.4 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo CISAN Central/RO quando o fornecedor:

10.4.1 For liberado;

10.4.2 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

10.4.3 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

10.4.4 Sofrer sanção prevista no inciso IV do art.156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.5 Não aceitar o preço revisado pela Administração.

10.5 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

10.5.1 Pelo decurso do prazo de vigência;

10.5.2 Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

10.5.3 Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências



incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

10.5.4 Por razões de interesse público, devidamente justificadas;

10.6 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11. CLÁUSULA XI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

11.2. A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

11.3. A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/2021 e legislação correlata.

11.4. A impugnação deverá ser endereçada ao órgão gerenciador, preferencialmente via e-mail: compras@cisancentral.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado com o Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito) ou protocolado o original junto ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situado na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO.

11.5. Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preços instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

11.6. Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua



concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

11.7. Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração do CISAN Central/RO, providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

11.8. Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração do CISAN Central/RO, por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração do CISAN Central/RO.

11.9. Não havendo êxito na aceitação da proposta elaborada pela Administração do CISAN Central/RO, junto aos demais fornecedores convocados, o Gerente de Registro de Preços encaminhará os autos à autoridade superior para fins de revogação do item da ata de registro de preços e, persistindo a necessidade de fornecimento do item registrado, a Administração do CISAN Central/RO, deverá adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

12. CLÁUSULA XII - DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

12.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



12.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

12.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

12.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

12.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

12.8. Na ata de registro de preços em que houver registro de licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação do certame (cadastro de reserva), convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

12.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.10. Será admitida solicitação de revisão de preços quando tratar-se de produtos cujo preço médio de mercado, tenha se tornado superior ao registrado e a majoração possa ser reconhecida através de pesquisas de preços, elaboradas ou confirmadas pela Gerência de Compras do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia.

12.11. A revisão de preços prevista na alínea anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento, instruído o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

12.12. Quando se tratarem de produtos/materiais cujo preço possa ser obtido através de tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, a majoração não poderá ser superior ao preço previsto nas referidas tabelas.

12.13. Quando se tratar de ata de registro de preço com cadastro de reserva de licitantes, a decisão pela majoração dos preços registrados somente poderá ser tomada depois de cumprido o disposto no art. 82 da Lei nº 14.133/21.



13. CLÁUSULA XIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

13.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente, mediante requisição de fornecimento, conforme consta na Cláusula VIII - Da Dotação Orçamentária.

13.2. Autorizada a aquisição será emitida a respectiva nota de empenho.

14. CLÁUSULA XIV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA

14.1. Nos termos do art. 86 da lei nº 14.133/21, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

14.1.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão:

I - comprovar nos autos a vantagem da adesão, observando-se, inclusive, a compatibilidade entre a demanda do exercício financeiro e a quantidade registrada na ARP;

II - encaminhar solicitação de adesão ao órgão gerenciador, que deverá autorizá-la, exceto na hipótese de extrapolação do limite previsto no § 4º deste artigo.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelos órgãos integrantes.



14.6. Adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciador do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA XV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato junto a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS e CRF;
- e) Certidão Negativa e Débitos Trabalhistas CNDT.

15.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, e as demais previstas em legislação específica, cuja a inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

15.4. Arcar com as despesas do fornecimento do objeto, inclusive todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas, previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

15.5. A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimentos e citações, intimações, ordem de fornecimento, e outras comunicações oficiais para o setor administrativo da Contratante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico), número de telefone móvel e fixo para contato.



15.6. Paralisar, por determinação do Contratante qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do contrato.

15.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

15.9. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos adequados, ao perfeito cumprimento deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

15.10. Orientar e treinar seus funcionários quanto aos deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

15.11. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o (a) Contratante das consequências de qualquer utilização indevida;

15.12. Indicar, nas notas fiscais emitidas, o quantitativo e os valores de agregados solicitados correspondente ao faturamento da Ordem de Fornecimento.

15.13. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se, conseqüentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidos por força de lei;

15.14. A(s) contratada(s) será(ão) responsável(ies) pelos riscos e despesas, necessária à boa e perfeita execução da entrega dos materiais contratados. Responsabiliza-se também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CISAN CENTRAL/RO ou a terceiros;

15.15. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da entrega, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por este CISAN CENTRAL/RO.



15.16. Realizar a troca dos materiais em caso de incorreções ou defeitos caso necessite. O material trocado deverá ter sua qualidade igual ou superior ao especificado mantendo o valor da primeira contratação sem cobranças de taxas adicionais das que constam no Termo de Referência;

15.17. A contratada obriga-se a cumprir fielmente o prazo estipulado para início, da entrega e finalização.

15.18. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratada qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência da presente contratação, para adoção das medidas cabíveis;

15.19. Fornecer produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações previstas na solicitação.

15.20. A Contratada deverá levar em consideração as normas ambientais, de segurança, transporte e salubridade aplicáveis.

15.21. A Contratada garantirá a qualidade dos produtos, ficando sujeita às penalidades previstas quando entregar em desconformidade com o que foi contratado.

16. CLÁUSULA XVI DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. A Administração obriga-se a:

16.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.1.2 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

16.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele, substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.

16.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.1.6 Exercer a fiscalização do fornecimento dos materiais por servidores especialmente designados Fiscais de Contrato, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/21;



16.1.7 Providenciar o empenho e posterior pagamento da Nota Fiscal e/ou fatura em até 30 (trinta) dias da data seguinte ao seu recebimento.

16.1.8 Aplicar as penalidades previstas no presente instrumento, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir os termos contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume de solicitações, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao Contratante;

16.1.9 Prestar à Contratada todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento do Contratante, completando-os com cópias de análises, correspondências, instruções e documentos, quando pertinentes ao assunto desse objeto.

16.1.10 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

16.1.11 Proporcionar todas as condições para que o contratado possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

16.1.12 Rejeitar no todo ou em parte, materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

16.1.13 Indicar o representante da Administração para acompanhar, fiscalizar, bem como para atestar o recebimento dos produtos.

16.1.14 Providenciar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos do objeto pelo Setor Responsável.

17. CLÁUSULA XVII - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO

17.1 Além daquelas exigidas em Lei, Decretos, regulamento, demais dispositivos legais, e ainda no Termo de Referência a empresa detentora do Registro deverá:

- a) Entregar objeto da contratação no prazo fixado e em estrita conformidade com as especificações e quantitativos;
- b) Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos objetos desta Ata, reservado a Contratante o direito de recusar se os itens que não estiverem em conformidade com o objeto contratado;



- c) Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos materiais;
- d) Comunicar por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 02 (duas) horas, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento no prazo estipulado.
- e) No preço ofertado estão incluídos também os custos indiretos sobre a execução do objeto, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc.
- f) Será admitida subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do objeto, mediante autorização prévia e expressa do CISAN CENTRAL/RO.

18. CLÁUSULA XVIII - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

18.1 É participante desta ata o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia, conforme consta na Cláusula VIII - Da Dotação Orçamentária.

19. CLÁUSULA XIX - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

19.1 Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital de Pregão em referência.

19.2 As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.

19.3 Se a qualidade dos objetos entregues não corresponderem às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, no caso de irregularidades constatadas, a Administração do CISAN Central de RO, fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

19.4 Os materiais/produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados na Nota de Empenho.

19.5 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

19.6 A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e/ou execução dos serviços,



conforme o caso, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

19.7 Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

19.8 A eventual reprovação dos materiais e/ou serviços, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/21.

19.9 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente ao CISAN Central/RO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

20. CLÁUSULA XX - DA GARANTIA

20.1 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

20.2 No caso de quaisquer irregularidades constatadas, a Administração fornecerá a Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

20.3 Os objetos desta Ata devem ser entregues conforme termo de referência.

21. CLÁUSULA XXI - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

21.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, conforme art. 84 da lei nº 14.133/21.

22. CLÁUSULA XXII - DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

22.1 Em razão da natureza da contratação, cujo objeto consiste no fornecimento de materiais, e nos termos da Lei nº 14.133/2021, não será exigida garantia contratual para a formalização do ajuste.

23. CLÁUSULA XXIII - DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

23.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto.



23.1.1 Na hipótese de a empresa contratada optar pela subcontratação parcial do fornecimento dos materiais (subfornecimento), esta permanecerá integralmente responsável pela qualidade, conformidade técnica, regularidade e pontualidade dos materiais entregues, não sendo admitida qualquer transferência de responsabilidades ao CISAN CENTRAL/RO.

23.1.2 Será admitida subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do objeto, mediante autorização prévia e expressa do CISAN CENTRAL/RO.

23.1.3 Os materiais fornecidos por terceiros deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, quantitativos, normas e critérios estabelecidos neste processo de contratação, no Termo de Referência e em seus anexos, não sendo aceita qualquer flexibilização ou alteração sem prévia e expressa autorização da Administração.

23.1.4 Eventuais custos adicionais decorrentes da subcontratação, incluindo logística, transporte, carregamento, descarregamento, controle tecnológico, substituições ou correções de materiais fora de especificação, não poderão, em hipótese alguma, ser repassados à contratante, devendo ser integralmente absorvidos pela empresa contratada.

23.1.5 A utilização de terceiros não poderá causar prejuízo ao cronograma, à constância operacional, à execução das entregas ou ao regular andamento do processo administrativo e contratual, sendo obrigação da contratada adotar todas as medidas necessárias para evitar atrasos, fornecimento inadequado ou qualquer situação que comprometa a eficiência, a segurança e a conformidade técnica das atividades desenvolvidas.

23.1.6 A subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução do contrato.

23.1.7 É vedada a subcontratação da totalidade do objeto ou da parcela considerada principal da contratação.

24. CLÁUSULA XXIV - DA VANTAJOSIDADE NAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. A verificação dos preços praticados no mercado, para que seja aferida a vantagem da ARP, deverá ser promovida trimestralmente quando:

I. as variações dos percentuais dos índices setoriais relativos ao item forem superiores a 5%;



II. a cotação do objeto for vinculada à variação cambial e seus índices atingirem percentuais superiores a 5%;

III. se tratar de objeto cuja tecnologia tenha potencial risco de desatualização acelerada que interfira nos preços.

24.2 Não ocorrendo a variação prevista nos incisos I e II deste artigo restará dispensada a pesquisa mercadológica.

24.3 Não existindo índice setorial relativo ao item, nos termos do inciso I, deverá ser utilizado o índice geral de preço (IGP).

25. CLÁUSULA XXV - DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

25.2 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a lei nº 14.133/21 e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

25.3 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO que contém os preços registrados e respectivos detentores.

26. CLÁUSULA XXVI - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

26.1 Mais informações poderão ser obtidas por e-mail compras@cisancentral.ro.gov.br, pelo telefone institucional (69) 3185-0310 ou na sede administrativa do Consórcio Intermunicipal da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, situada na Rua Canindé, n.º 3622, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à quinta-feira, das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min e na sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

27. CLÁUSULA XXVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 0xx/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 192/2026/CISAN**.

27.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 0xx/2026/CISAN**, pelo Presidente.

28. CLÁUSULA XXVIII - DO FORO

28.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para



dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

ÓRGÃO GERENCIADOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE
RONDÔNIA (CISAN CENTRAL/RO)

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
PRESIDENTE CISAN CENTRAL / RO

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ/MF - XXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL - XXXXXXXXXXXX
CPF - XXXXXXXXXXXX RG - XXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS

1. _____
Nome - XXXXXXXXXXXXXXXX
RG - XXXXXXXXXXXXXXXX
CPF - XXXXXXXXXXXXXXXX

2. _____
Nome - XXXXXXXXXXXXXXXX
RG - XXXXXXXXXXXXXXXX
CPF - XXXXXXXXXXXXXXXX



FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

Identificação/Número

Data

DOCUMENTO**Minuta da Ata de Registro de Preços****06/05/2026**ID: **71608**

Processo

Documento

CRC: **58FF00E1**Processo: **1-192/2026**Usuário: **THAIS ROCHA DE SOUZA**Criação: **06/05/2026 08:46:03** Finalização: **06/05/2026 08:46:06**MD5: **BFD821360A35502BEA68D2E42AEEF773**SHA256: **B152663799EE60E4FAF8311087B56B72978049C5262B026ED6B851D2690B3FD4**

Súmula/Objeto:

Minuta da Ata de Registro de Preços Retificado conforme análise jurídica.**INTERESSADOS**

CISAN CENTRAL

ARIQUEMES

RO

06/05/2026 08:46:03

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

06/05/2026 08:46:03

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 71608 e o CRC 58FF00E1.

**MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA N° ____ / ____
PREGÃO ELETRÔNICO n° ____ / ____
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 192/2026**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN CENTRAL / RO, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32, com sede nesse Município de Ariquemes/RO, sito à Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, CEP: 76872-872, denominado de “CONTRATANTE”, neste ato sendo representado pelo Presidente do CISAN CENTRAL / RO o Sr. Gilliard dos Santos Gomes, brasileiro, casado, empresário, portador da RG n.º *92.6** SSP/PR, devidamente inscrito no CPF sob o nº ***.740.002-**, podendo ser encontrado no endereço indicado acima celebra o cadastro de reserva conforme as cláusulas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da Ata o Cadastro de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais básicos da construção civil, visando a execução de obras no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO) por 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO CADASTRO DE RESERVA

2.1. A Empresa classificada em ____ lugar no Pregão Eletrônico n.º ____ / ____, procedimento administrativo n.º ____ / ____, a saber:

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ/MF: _____
REPRESENTANTE LEGAL: _____
RG: _____ CPF: _____
ENDEREÇO: _____ CEP: _____
MUNICÍPIO: _____ ESTADO: _____
TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

ITENS 1 ao 10 – UNIDADE DE ARIQUEMES/RO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Areia Lavada Fina	m³	300	R\$	R\$

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional
CEP: 76.872-872

2	Areia Lavada Grossa	m³	300	R\$	R\$
3	Areia Lavada Média	m³	300	R\$	R\$
4	Pó de Brita	m³	1.000	R\$	R\$
5	Base de Brita Graduada (BGS)	m³	300	R\$	R\$
6	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	500	R\$	R\$
7	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	500	R\$	R\$
8	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	500	R\$	R\$
9	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	1.000	R\$	R\$
10	Pedra Rachão*	m³	3.000	R\$	R\$
(*) = Pedra britada numeração comercial					Total R\$=
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Ariquemes, localizado na Rodovia RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, Área de Expansão Urbana, Município de Ariquemes/RO.					

ITENS 11 ao 20 – UNIDADE DE JARU/RO

11	Areia Lavada Fina	m³	200	R\$	R\$
12	Areia Lavada Grossa	m³	200	R\$	R\$
13	Areia Lavada Média	m³	200	R\$	R\$
14	Pó de Brita	m³	500	R\$	R\$
15	Base de Brita Graduada (BGS)	m³	500	R\$	R\$
16	Pedra Britada nº 0 ou Pedrisco (4,8mm a 9,5mm)*	m³	300	R\$	R\$
17	Pedra Brita I (9,5mm a 19,0mm)*	m³	300	R\$	R\$
18	Pedra Brita II (19,0mm a 38mm)*	m³	300	R\$	R\$
19	Pedra Brita IV (50mm a 76mm)*	m³	300	R\$	R\$
20	Pedra Rachão*	m³	1.500	R\$	R\$
(*) = Pedra britada numeração comercial					Total R\$=
Endereço de entrega: Aterro Sanitário - Unidade de Jaru, localizado na Rodovia RO-464, Linha 603, Lote 11-B, Gleba 52, Área rural, Município de Jaru/RO.					

Valor Total (Unidade Ariquemes) = R\$=

Valor Total (Unidade Jaru) = R\$=

Valor Total da Contratação (R\$) = R\$=

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ASSINATURA DO CADASTRO RESERVA

3.1. Aplicam-se aos fornecedores integrantes do cadastro reserva, quando formalmente convocados, as condições, prazos, obrigações e penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional
CEP: 76.872-872

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da Ata no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, havendo a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

5. PARÁGRAFO ÚNICO

5.1. O Fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência dessa Ata.

6. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Incumbirá ao Consórcio CISAN Central/RO providenciar a publicação dessa Ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

7.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do contrato, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Ariquemes/RO, _____ de _____ de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO)

Gerente do Sistema de Registro de Preços

GILLIARD DOS SANTOS GOMES

Presidente CISAN Central/RO

Município de Ariquemes – RO
Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional
CEP: 76.872-872



EMPRESA DETENTORA DA ATA DE CADASTRO RESERVA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ/MF - XXXXXXXXXX

REPRESENTANTE LEGAL - XXXXXXXXXXXX

CPF - XXXXXXXXX RG - XXXXXXXXX

TESTEMUNHAS

1. _____

Nome - XXXXXXXXXXXXX

RG - XXXXXXXXXXXXXXXX

CPF - XXXXXXXXXXXXX

2. _____

Nome - XXXXXXXXXXXXXXXX



RG - XXXXXXXXXXXXXXXX

CPF - XXXXXXXXXXXXXXXX



FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
DOCUMENTO	Minuta do Cadastro Reserva Retificado	06/05/2026

ID:	71609	Processo	Documento
CRC:	97330777		
Processo:	1-192/2026		
Usuário:	THAIS ROCHA DE SOUZA		
Criação:	06/05/2026 08:46:06	Finalização:	06/05/2026 08:46:09

MD5: **1AAD2B721FBCDA86DE24299F5E7AE748**SHA256: **F97DC60897B490257A3DEBA58F4E48BC912F0B6C72538697FF589389F6EFAD03**

Súmula/Objeto:

Minuta do Cadastro Reserva Retificado conforme análise jurídica.**INTERESSADOS**

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	06/05/2026 08:46:06
---------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	06/05/2026 08:46:06
--------------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site cisan.digproc.com.br/ informando o ID 71609 e o CRC 97330777.